

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCar
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS - CECH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE

**CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADES E
A NATURALIZAÇÃO DA(S) VIOLÊNCIA(S)**

PAOLA KARULINY GUARNIERI

SÃO CARLOS

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCar
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS - CECH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE

PAOLA KARULINY GUARNIERI

**CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADES E
A NATURALIZAÇÃO DA(S) VIOLÊNCIA(S)**

Defesa da dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação, na Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Subjetividade, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Cecília Luiz

SÃO CARLOS

2018

Guarnieri, Paola Karuliny

Crianças e jovens em situação de vulnerabilidades e a naturalização da(s) violência(s) / Paola Karuliny Guarnieri. -- 2017.

106 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador: Profa. Dra. Maria Cecília Luiz

Banca examinadora: Prof. Dr. Flávio Caetano da Silva, Profa. Dra. Joyce Mary Adam

Bibliografia

1. Percepções de crianças e jovens vulneráveis. 2. Naturalização das violências. 3. Direitos violados. I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Bibliotecário(a) Responsável: Ronildo Santos Prado – CRB/8 7325



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Paola Karuliny Guarnieri, realizada em 27/02/2018:

Profa. Dra. Maria Cecília Luiz
UFSCar

Prof. Dr. Flávio Caetano da Silva
UFSCar

Profa. Dra. Joyce Mary Adam
UNESP

As crianças e adolescentes
do Serviço de Convivência e Fortalecimento de
Vínculos Familiares e Comunitários (SCFV).

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pelo eterno apoio, independente das minhas escolhas e por contribuírem para o meu crescimento e aprendizado, dando sempre o melhor exemplo possível.

À minha irmã, Amanda, que sempre foi muito mais que uma irmã.

Ao meu marido, por compartilhar das mesmas angústias e receios e sempre ter uma palavra fortalecedora.

A toda a minha família, pelas discussões, risadas e parcerias.

À Profa. Dra. Maria Cecília Luiz, pela orientação ao longo da pesquisa e por me trazer para a realidade em alguns momentos.

À Profa. Dra. Renata Maria Moschen Nascente, por acreditar em mim e despertar uma pesquisadora.

À toda equipe do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários – SCFV, por terem me dado a oportunidade de realizar uma pesquisa com vocês.

Aos companheiros de turma do PPGE, pelos momentos de debate e aprendizado.

Ao prof. Dr. Flávio Caetano da Silva e à Profa. Dra. Joyce Mary Adam pela leitura e apontamentos.

RESUMO

Esta investigação teve dois grandes objetivos: analisar a se nas percepções e trajetórias de vida dos participantes da pesquisa se observa a naturalização das violências; e, identificar se os direitos de crianças e adolescentes vulneráveis às violências têm sido assegurados. Na perspectiva qualitativa, foi utilizada as narrativas dos participantes como procedimento metodológico, e como instrumentos de coletas de dados, a apresentação de imagens relacionadas à situação de risco, violências e vulnerabilidade; e a análise documental dos seus prontuários escritos pela assistente social do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários – SCFV. Selecionamos nove crianças e adolescente, com idades de sete a quinze anos inseridas em uma instituição mantida pela Secretaria de Assistência Social de uma cidade do interior do estado de São Paulo. Para analisar suas narrativas elaboramos duas categorias: *Vulnerabilidades e situações de violências: ausência de direitos assegurados*; e, *Percepções das violências: medos, superações e naturalização*. Percebeu-se que os sujeitos selecionados têm seus direitos básicos violados devido à incerteza econômica e social na qual estão inseridos. Crianças e adolescentes vivem em condições precárias que resultam na violação de seus direitos básicos, por isso não conseguem identificar com clareza as situações de violências que sofrem, ao contrário, refletem impotência a elas, naturalizando-as, com certa esperança de que algo ou alguém possa reverter tais circunstâncias. Neste sentido, aguardam por meio da fé (religião), ou têm expectativa de que no futuro a situação financeira de suas famílias torne-se diferente. Concluiu-se que, urge a necessidade de investimentos nesta área com políticas públicas sociais que se responsabilizem e cumpram os direitos destes cidadãos, além de pesquisas e intervenções inovadoras que possam auxiliar na mudança deste quadro social.

Palavras-chave: percepções de crianças e jovens vulneráveis; naturalização das violências; direitos violados.

ABSTRACT

This research had two main objectives: to analyze whether in the perceptions and life trajectories of the research participants the naturalization of violence is observed; and to identify whether the rights of children and adolescents vulnerable to violence have been ensured. In the qualitative perspective, the participants' narratives were used as a methodological procedure, and as data collection instruments, the presentation of images related to the situation of risk, violence and vulnerability; and the documentary analysis of their medical records written by the social worker of the Service of Coexistence and Strengthening of Family and Community Links - SCFV. We selected nine children and adolescents, aged between seven and fifteen years, enrolled in an institution maintained by the Department of Social Assistance of a city in the interior of the state of São Paulo. To analyze its narratives we elaborate two categories: Vulnerabilities and situations of violence: absence of assured rights; and, Perceptions of violence: fears, overcrowding and naturalization. It was noticed that the selected subjects have their basic rights violated due to the economic and social uncertainty in which they are inserted. Children and adolescents live in precarious conditions that result in the violation of their basic rights, so they can not clearly identify the situations of violence they suffer; on the contrary, they reflect impotence on them, naturalizing them with some hope that something or someone can reverse such circumstances. In this sense, they wait through faith (religion), or they expect that in the future the financial situation of their families will become different. It was concluded that there is an urgent need for investments in this area with public social policies that are responsible for and fulfill the rights of these citizens, as well as innovative research and interventions that can help in this change of society.

Keywords: perceptions of vulnerable children and young people; naturalization of violence; rights violated.

SUMÁRIO

SEÇÃO 1. INTRODUÇÃO	11
SEÇÃO 2. POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO E A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL: VULNERABILIDADE E VIOLÊNCIAS	15
2.1. As leis brasileiras de direitos e de proteção de crianças e adolescentes	15
2.2. Vulnerabilidade e risco: a importância de discernir e compreender ..	25
2.3. Conceituar as diferentes perspectivas de violências: suas manifestações e características	31
SEÇÃO 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E OS PARTICIPANTES DA PESQUISA	41
3.1. O universo da pesquisa: local e características	42
3.2. Procedimentos metodológicos	48
3.3. Os sujeitos participantes	52
SEÇÃO 4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	57
4.1 Vulnerabilidades e situações de violências: ausência de direitos assegurados.....	57
4.2. Percepções das violências: medos, superações e naturalização	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	90
ANEXO 1 – OS QUADROS	96
ANEXO 3 – DECLARAÇÕES DE CONSENTIMENTO	103

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONDECA	Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
GEPEPDH	Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Participação Democrática e Direitos Humanos
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LOS	Lei Orgânica da Saúde
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
NOB	Norma Operacional Básica
ONGs	Organizações não governamentais
OSCIPS	Organizações da sociedade civil de interesse público

PAEFI	Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UNESO	Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho

SEÇÃO 1. INTRODUÇÃO

Esta dissertação é resultado de reflexões que surgiram no decorrer do meu caminho como estudante de licenciatura em Pedagogia e do trabalho que desenvolvi na Secretaria de Assistência Social da minha cidade.

Durante a graduação, desenvolvi uma iniciação científica cujo propósito era investigar questões relacionadas à violência, indisciplina e incivilidade em uma escola pública do interior do estado de São Paulo. No decorrer do meu trabalho de iniciação participei do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Participação Democrática e Direitos Humanos (GEPEPDH), que se configurou como um grupo de estudos e pesquisas interinstitucionais entre a Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho – Unesp, situada no município de Rio Claro e a Universidade Federal de São Carlos, situada na cidade de São Carlos. O grupo tem em seu foco principal, o desenvolvimento de estudos e pesquisas na área da educação e correlatas, as quais tenham foco na análise da participação democrática em diferentes espaços da sociedade, a educação como processo emancipatório e de garantia de direitos humanos, especialmente pesquisas que tenham como temáticas a juventude, a violência, os Conselhos, as políticas públicas, as garantias de direitos constitucionais e humanos e a educação não formal.

Ao final da minha graduação ingressei, via concurso público, na Secretaria de Assistência Social de Rio Claro, onde passei a trabalhar em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários (SCFV), que é um dos serviços ligados ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), onde permaneci até o início do ano de 2017, quando obtive o auxílio financeiro via bolsa CAPES. Esse Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários encontra-se situado em uma área periférica da cidade e atende em média oitenta crianças e adolescentes de seis a quinze anos de idade, vindos de cerca de oito bairros próximos.

O SCFV é um serviço da Proteção Social Básica e é ofertado de forma complementar ao trabalho social com as famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF). Estas crianças e

adolescentes são recebidas no SCFV em período contra turno escolar e lá é realizado um atendimento em grupo, com acompanhamento de assistente social e psicólogo, atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras, de acordo com a idade dos usuários. Desta forma, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Sócio Assistenciais, o SCFV é uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares.

No ano seguinte ao término da graduação, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha de Educação, Cultura e Subjetividade e após inúmeras reuniões de orientação chegamos a este trabalho.

A trajetória desta dissertação teve início quando buscamos entender como as crianças e os adolescentes vulneráveis percebem e se sentem em relação às violências. Assumimos como hipótese que a trajetória das crianças e adolescentes nessas condições específicas acaba sujeitando-as a conviver com violências de forma contínua em seus cotidianos, daí a crença de que esses atos tornam-se naturalizados. Este estudo justifica-se pela emergência em se compreender como as diversas formas de violências podem afetar suas vidas e de que forma elas ocorrem.

Com essa preocupação nos ancoramos em algumas questões que foram base para a elaboração dos objetivos e do problema de pesquisa, como: os direitos e a proteção de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade têm sido assegurados, tendo em vista o sistema de garantia de direitos? A quais tipos de violências elas estão sendo submetidas? Como elas percebem e/ou sentem essas violências? Será que essas violências se encontram naturalizadas?

Na busca por essas respostas foram traçados dois objetivos gerais: analisar a possibilidade de naturalização das violências por meio das percepções e trajetórias de vida dos participantes da pesquisa; e, contextualizar se os direitos de crianças e adolescentes vulneráveis às violências têm sido assegurados.

Com a perspectiva de realizar uma pesquisa qualitativa, foi feito um levantamento bibliográfico na área e uma parte empírica. Com a autorização da Secretaria de Assistência Social e o parecer positivo do comitê de ética sob o

número 61767216.4.0000.5504, foram selecionados nove crianças e adolescentes, de sete a quinze anos de idade.

Utilizamos como procedimento metodológico as narrativas dessas crianças e jovens, com instrumentos de coleta de dados, como: apresentação de imagens relacionadas à situação de risco, violências e vulnerabilidade – denominados “Quadros¹” – com objetivo de incentivar suas memórias; roteiro semiestruturado para conduzir as conversas de cada participante selecionado, de forma individual, com a intenção de ouvir e estimular a falar sobre as imagens apresentadas; e, análise documental dos seus prontuários escritos pela assistente social do SCFV.

Apesar da pesquisadora já conhecer os selecionados, tais instrumentos de coleta – com apresentação de cenas e situações de violências em cada encontro – possibilitaram um melhor diálogo entre investigado e investigador, de forma que os participantes sentiram mais confiança em narrar suas lembranças ou aquilo que gostariam de expressar, dizendo sobre si por si. Foram realizados nove encontros, que foram gravados e posteriormente foram transcritos.

Assim, este estudo encontra-se organizado da seguinte forma: além desta primeira seção de introdução temos a seção dois na qual discorreremos sobre as políticas públicas que de alguma forma perpassa as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social e as diferentes formas de violências que as crianças e adolescentes estão sujeitas.

Na terceira seção dispusemos como se deu os procedimentos de pesquisa, o problema, o objetivo e a metodologia que permearam este trabalho. Também se encontra nessa seção a caracterização do universo onde foram realizados os encontros, a caracterização dos sujeitos participantes e os instrumentos metodológicos adotados.

A quarta seção foi elaborada para analisar e interpretar os dados empíricos com base nos referenciais teóricos sobre o tema. Dividimos a análise em duas categorias: a primeira intitulada: *Vulnerabilidades e situações de violências: ausência de direitos assegurados*; e a segunda: *Percepções das violências: medos, superações e naturalização*.

¹ O instrumento “Quadros” foi criado pelo Instituto Fonte no escopo da avaliação do Programa Pró-Menino: Jovens em Conflito com a Lei, desenvolvido pela Fundação Telefônica em 2008. As imagens se encontram no anexo 3.

Por fim e longe de pretender esgotar o assunto abordado neste trabalho, apresentamos as considerações finais, onde procuramos dar um desfecho para as situações que encontramos, além das limitações enfrentadas e as futuras possibilidades de transformação do cenário estudado.

SEÇÃO 2. POLÍTICAS PÚBLICAS E O DIREITO E A PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL: VULNERABILIDADE E VIOLÊNCIAS

Nesta seção abordamos as perspectivas teóricas que norteiam este estudo. Iniciamos com o levantamento de algumas políticas públicas no Brasil que já trataram no passado, mas, ainda tratam no período atual, da questão do direito e proteção de crianças e adolescentes, principalmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Em seguida, conceituamos o que autores entendem por vulnerabilidade e risco com a intenção de analisarmos as perspectivas de violências das crianças e adolescentes que fizeram parte da pesquisa. E, por fim, estabelecemos diferenciações conceituais com relação aos tipos de violências, com objetivo de relacionarmos quais são as violências que estão naturalizadas, ou não, na vida desses participantes.

2.1. As leis brasileiras de direitos e de proteção de crianças e adolescentes

Ao longo dos anos, a temática da proteção à infância veio ganhando destaque nas agendas das políticas públicas. Através de leis, programas, documentos e orientações resultantes dessas políticas, os poderes executivo e legislativo, assim como a população, no geral, passam uma concepção de como as crianças e adolescentes são enxergados, assim como seus papéis sociais. O que percebemos e vamos apresentar neste tópico é que neste caminhar dos tempos, houve mudanças significativas e a transição da contenção de “desviantes” ao desenvolvimento de políticas públicas sociais de atendimento de direitos ao infanto-juvenil.

Consideramos relevante a relação passado-presente para a compreensão do atual momento dessas políticas. Acreditamos que a consolidação das políticas sociais destinadas ao atendimento à criança e ao adolescente foi sistematizada em dois grandes períodos, a saber, antes e depois do surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. O principal critério de delimitação entre esses dois períodos está alicerçado na concepção de infância e adolescência e

nas diretrizes implícitas em decorrência dela nos arcabouços jurídicos dos respectivos períodos.

Por meio de um conjunto de leis que durante o século XX buscaram legislar sobre esta parcela da população brasileira é possível enxergar as transformações de como a sociedade brasileira enfrentou a infância e a adolescência. Durante quase todo o século XX houve a tentativa de legislar a vida de jovens considerados “desviados” em consequência da desigualdade social e econômica. Muitas diretrizes que surgiram nesse período concentraram atenção em crianças e adolescentes carentes, abandonados e/ou que cometeram algum ato considerado como delito. Os jovens que recebiam a terminologia “menor”, descrita no Código de Menores de 1927, eram ligados às classes excluídas socialmente, que viviam nas ruas ou se envolviam com atos criminosos.

O Código de Menores não era destinado a todas as crianças e adolescentes, mas apenas àquelas que estavam em “situação irregular”, como encontrado em seu art. 1º que imprime o seguinte texto: “O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código.” (grafia original – Código de Menores – Decreto n.17.943 A – de 12 de outubro de 1927).

Embora o principal marco tenha sido em relação à institucionalização dos jovens que cometiam delitos, esse Código de Menores foi a primeira estrutura de proteção às crianças e aos adolescentes, com definição para os Juizados e Conselhos de Assistência, regulamentando questões como trabalho infantil, tutela e pátrio poder, delinquência e liberdade vigiada. Através do Código ocorreu a conscientização quanto à gravidade das precárias condições de sobrevivência das crianças pobres.

Com a nova edição do Código de Menores em 1979 (lei 6.697) houve um acréscimo, mesmo que tímido, em considerar a proteção da infância como um direito de todas as crianças e adolescentes e um dever do Estado. Contudo, na prática, as crianças e adolescentes continuavam sendo considerados como objetos de direitos e não sujeitos de direitos.

Desta forma, quando o Estado passou a legislar a infância e a adolescência, ou seja, instaurar as primeiras políticas em relação a este grupo

social, essa ação pouco ocorreu no sentido de proporcionar sua inserção social, proteção e escolaridade, mas com a intenção de disciplinar e normatizar, especialmente apoiadas em conceitos da medicina, eugenia e higienismo. (COLOMBO, 2006, p.44).

Como destaca Rizzini (2006), a conveniência em relação à infância e adolescência pobre estava em proteger e disciplinar, evitar que ocorresse algum perigo pessoal e/ou se tornasse perigosa socialmente. As crianças e adolescentes deveriam se transformar em sujeitos úteis para o trabalho e ainda pacatos socialmente.

O discurso apresentava-se, com frequência, ambíguo, onde a criança precisava ser protegida, mas também contida, a fim de que não causasse danos à sociedade. Esta ambiguidade na defesa da criança e da sociedade guarda relação com certa percepção de infância, claramente expressa nos documentos da época – ora em perigo, ora perigosa. Tais representações não por acaso estavam associadas a determinados estratos sociais, sendo a noção de periculosidade invariavelmente atrelada à infância das classes populares [...] O foco sobre a infância pobre redundou no desenvolvimento de um complexo aparato jurídico-assistencial sob a liderança do Estado, materializado através da criação de inúmeras leis e instituições destinadas à proteção e à assistência à infância. (RIZZINI, 2006, p.10).

Estudiosos do campo das políticas sociais no Brasil (DRAIBE, 1995; FALEIROS, 1995; Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP, 1991) demonstraram que no período de 1930 a 1980 houve consolidação jurídica institucional que garantia a proteção social, tais como: a previdência social e a assistência; a construção de uma rede de ensino básico e científico; a política de atenção à saúde; a política habitacional etc.; ou seja, a institucionalização de um conjunto básico e essencial de políticas, diretrizes, programas, normas e regras que representaram um avanço dos direitos sociais no país.

Paralelo a esse período, instala-se em nosso país uma noção particular de infância e adolescência que arrasta as políticas sociais de atendimento à criança e ao adolescente como direitos de cidadania até a década de 1980. A partir da proclamação da Constituição Cidadã (Brasil, 1988) e da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brasil, 1990), um conjunto de direitos civis, sociais, econômicos e culturais de promoção e proteção – alteraram esse paradigma.

A partir da regulamentação da Constituição Federal de 1988 foram instituídas as seguintes ordenações legais com base nos direitos sociais: o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n.8.069/90), a Lei Orgânica da Saúde – LOS (Lei Federal n.8.080/90); a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda (Lei Federal n.8.242/91); a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei Federal n. 8.742/93), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei Federal n.9.394/96); a Lei Orgânica de Segurança Alimentar – LOSAN (Lei Federal n. 11.346/06), além da integração dos serviços sociais, por meio do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

O seguinte quadro busca sintetizar as principais normatizações e legislações que ocorrem entre o período de 1985 a 2006 e suas principais características. Tal recorte de período é devido ao expressivo número de novas normatizações e sua importância para o contexto atual.

Quadro 1 - Contextualização histórica de Políticas Públicas de atendimento à infância e à adolescência no Brasil

Períodos	Principais normatizações e legislações	Principais características
Redemocratização e Estatuto da Criança e do Adolescente (1985 – 2006)	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Constituição da República Federativa do Brasil (1988) ➤ Adoção da Convenção Internacional dos Direitos das Crianças (Decreto Legislativo n. 28 de 1990) ➤ Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069 de 1990) ➤ Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.242 de 1991) ➤ Lei Orgânica da Saúde • Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n. 8.742 de 1993) ➤ Criação do Ministério da Previdência e Assistência Social (Medida Provisória n. 813 de 1995) ➤ Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394 de 1996) ➤ Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Portaria n. 458 de 2001) ➤ Criação da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (Lei n. 10.683 de 2003) ➤ Criação do Programa Bolsa-Família (Lei n. 10.683 de 2003) • Substituição do Ministério da Previdência e Assistência Social pelo Ministério 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Novo padrão político, jurídico e social. ➤ Institucionalização da infância e da adolescência como sujeito de direitos. ➤ Descentralização, municipalização, controle e participação social. ➤ Consolidação de um sistema de proteção social (saúde, previdência, educação, assistência e desenvolvimento social, trabalho). ➤ Reestruturação do aparato de

	de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Lei n. 10.869 de 2004) <ul style="list-style-type: none"> ➤ Política Nacional de Assistência Social (Resolução CNAS n. 145 de 2004) ➤ Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (Resolução CNAS n. 130 de 2005) ➤ Lei Orgânica de Segurança Alimentar (Lei n. 11.246 de 2006) ➤ Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (Resolução n. 1 de 2006/Conanda) 	controle policiamento. e
--	---	--------------------------

Fonte: Elaboração própria

Esses instrumentos legais criaram condições de proporcionar diretrizes de políticas sociais básicas com capacidade de atender às necessidades primordiais da população como saúde, educação, cultura, alimentação, esporte, lazer e profissionalização.

Concomitante ao processo de elaboração e implementação das políticas sociais destinadas ao atendimento à criança e ao adolescente, o período de redemocratização se caracterizou pela reforma administrativa do Estado, que envolveu a descentralização e a municipalização de políticas públicas e, também, a institucionalização do controle social, com a criação de conselhos e espaços públicos de interlocução e cogestão política, bem como a mobilização e participação social de diversas organizações e instituições.

No período entre a década de 1990 e o início do século XXI o principal dilema enfrentado era conciliar o crescimento econômico e combinar a responsabilidade social do Estado na formulação, articulação e gestão de políticas públicas, com um cenário de escassez de recursos públicos, de um lado, e demandas por uma democracia social, de outro. Dessa forma, a estratégia de constituição de um sistema de proteção social no país se baseou nos modelos tradicionais de programas destinados à transferência monetária contemplando famílias em situação de vulnerabilidade social por intermédio de políticas sociais compensatórias e complementares, com objetivo de aumentar o acesso à alimentação, saúde e educação básica, considerado fatores de grande potencial para a redução das desigualdades.

Nesse contexto de mudanças, os movimentos sociais conseguiram mobilizar, na Assembleia Constituinte, a criação da Comissão Nacional Criança

Constituinte, em 1987, e conseqüentemente, a formação da Frente Parlamentar Suprapartidária pelos Direitos da Criança. A Constituição de 1988 redefiniu, nos artigos 227, 228 e 229, a posição e a representação da criança na sociedade, reconhecendo-a como sujeito de direitos e objeto de proteção integral.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 13 de julho de 1990, substituiu a repressiva doutrina do Código de Menores de 1979 e instaurou novas referências políticas, jurídicas e sociais. Ao definir em seus primeiros artigos que “toda criança e todo adolescente têm direito à proteção integral, considerando-os como sujeito de direitos individuais e coletivos, cuja responsabilidade é da família, da sociedade e do Estado” (Brasil, 1990), o país excluiu a categoria “menor” do arcabouço conceitual e jurídico, introduzindo uma nova noção de adolescência e incorporando os preceitos da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, de 1989.

Para Nunes (2002, p.16) a aprovação do ECA está situada na passagem de uma intervenção pública sobre os menores, anteriormente caracterizada pelo conceito de “situação irregular”, baseado no Código de Menores. Sai de cena o “menor”, o “desviado”, o “incapaz” e aparecem sujeitos que merecem cuidados e respeito absoluto do Estado, da sociedade e da família.

Assim, o ECA exige do Estado brasileiro, das pessoas políticas e civis esforços e continuidade nas ações, visando, por um lado, à formulação, implementação, monitoramento e controle social de políticas constitucionais e estatutárias e por outro, ações mobilizadoras e sociais capazes de dar um novo significado à concepção de infância e juventude presente no imaginário da população. Conforme o Estatuto, essa concepção entende que as crianças e os adolescentes devam estar assegurados por políticas públicas de proteção, promoção e direitos, bem como as suas respectivas famílias (RIZZINI, NAIFF, BAPTISTA, 2006). O ECA ainda expressa os direitos das crianças e dos adolescentes e norteia toda a política de atendimento, que se encontram distribuídas em quatro linhas de ações:

- a. As políticas sociais básicas de caráter universal, como saúde, educação, alimentação, moradia, etc. (art. 87, item I);
- b. As políticas e programas de assistência social (art.87, item II), de caráter supletivo, para aqueles de que delas necessitem;
- c. As políticas de proteção, que representam serviços especiais de atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-

tratos, exploração, abuso e opressão (art. 87, item III); os serviços de identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos (art. 87, IV);

d. As políticas de garantias de direitos, que representam as entidades e os aparatos jurídicos e sociais de proteção dos direitos individuais e coletivos da infância e juventude (ART. 97, item V).

Em seguida, no artigo 88 (item I a VI), a legislação propõe as diretrizes que compõem essa política: a municipalização; criação e manutenção de programas específicos, considerando a descentralização político-administrativa; criação de conselhos municipais, estaduais e nacionais dos direitos da criança e do adolescente, como órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, asseguradas a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federais, estaduais e municipais; manutenção de fundos nacional, estadual e municipal vinculados aos respectivos conselhos; mobilização da opinião pública no sentido da indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade e, integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social.

O Sistema de Garantia de Direitos, que representa a estrutura da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil, deveria abranger um conjunto de instituições, organizações, entidades, programas e serviços de atendimento infanto-juvenil e familiar, os quais deveriam atuar de forma articulada e integrada, nos moldes previstos pelo ECA e pela Constituição Federal, com o intuito de efetivamente implementar a Doutrina da Proteção Integral por meio da política nacional de atendimento infanto-juvenil.

A partir desse marco, destacam-se a institucionalização do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente – CONDECA, em 1991, dando continuidade à regulamentação das disposições da Constituição e do Estatuto; a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, em 1993, que priorizou o atendimento à criança e à adolescência prevista nas ações de atendimento às políticas municipais da criança e do adolescente, por meio da assistência social. Em 1995, a Medida Provisória n. 813 transformou o então Ministério da Previdência Social em Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS, criando a Secretaria Nacional de Assistência Social – SAS, órgão da gestão federal. Em 1996, também foi criado o Programa de Erradicação do Trabalho

Infantil – PETI, por intermédio da SAS. A não existência de um órgão específico para o controle e articulação da política social culminou na criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, pela Medida Provisória n. 163, de janeiro de 2004, e transformada na Lei n. 10.869, de maio de 2004. Dessa forma o MDS passou a coordenar a política de desenvolvimento social, segurança alimentar e nutricional, assistência social e renda de cidadania.

A elaboração da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, em 28 de outubro de 2004, dá continuidade ao processo de operacionalização da seguridade social, essa política definiu as diretrizes para o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, conforme a LOAS, tratando das condições para a extensão e universalização da proteção social básica e especial à população em geral e, principalmente, à criança e ao adolescente em situação de vulnerabilidade social. O SUAS foi efetivado a partir da publicação da Norma Operacional Básica – NOB (Resolução do Conselho Nacional n. 130, de julho de 2005), que regulamentou o dispositivo da PNAS e definiu os parâmetros para a regulamentação e implementação do SUAS em todo o território nacional (Brasil, 2004, p.33).

Nesse contexto, processa-se a reorganização dos serviços sociais visando à integração de objetivos e formas de ação em relação a um público-alvo, juntamente com a noção de complementaridade entre intervenção estatal e privada no atendimento às políticas de direitos infanto-juvenis, como ocorreu com a saúde, a educação e mais tarde, com a assistência social.

Essa chamada complementaridade entre a intervenção estatal e privada é uma das formas dos governos estaduais e também municipais de diminuir sua presença e privatizar o patrimônio público, sob a alegação de dar nova orientação ao Estado, com isso, diminui seu peso na definição das necessidades sociais. Essa estratégia gera a impressão de maior autonomia da sociedade civil na determinação de suas necessidades, mas na verdade, o que ocorre é que o Estado busca estabelecer sua função regulamentadora, administrando e gerindo, e assim, se eximindo progressivamente da provisão social, de garantir o acesso do cidadão comum a benefícios e serviços de natureza pública.

O Sistema de Garantia de Direitos está composto por três eixos: Promoção, Defesa e Controle Social. No eixo da Promoção, destacam-se as políticas sociais básicas (saúde, saneamento, educação, moradia etc.), as ações

do poder executivo e do conselho de direitos. Já o eixo da Defesa consubstancia-se pelas políticas de assistência social e proteção especial, pelos Conselhos Tutelares, pelos centros de defesa da criança e do adolescente, pelo Ministério Público, pelo Judiciário e pela Segurança Pública, com suas delegacias especializadas. Por fim, o eixo do Controle Social, composto pelos Conselhos de Direitos, Fóruns de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes e outros instrumentos judiciais e institucionais de controle interno da administração pública como a Controladoria, Tribunal de Contas, Ministério Público, Poder Judiciário etc. (Brasil, 2006).

Para Dagnino, Oliveira, Panfichi, (2006), nas últimas décadas, houve um aprofundamento e multiplicação do espaço contratual de prestação de serviços, na área social, bem como se institucionalizaram os mecanismos de participação social nas decisões de políticas públicas, o que, de certa maneira, deslocou os movimentos sociais de suas formas tradicionais de atuação, canalizando-os para ações menos contestatórias, como a das organizações não governamentais – ONGs, das organizações sociais, além das ações filantrópicas e assistenciais tradicionais.

Passone (2007) também observou a entrada em cena de novos atores no campo do atendimento às políticas sociais à infância e à juventude. Para o autor, dentre esses novos atores encontram-se os nichos empresariais criados pela nova economia de mercado responsável do ponto de vista ambiental e social, e as novas organizações sociais de caráter público (ONGs, organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPS, fundações etc.). Muitas dessas organizações foram chamadas de terceiro setor, e são responsáveis pela rápida expansão de fundações empresariais, entidades caritativas, filantrópicas e organizações sociais que, muitas vezes, em suas práticas endossam discursos sobre a ineficiência estatal, ou denegam a eficiência do Estado para promover e garantir pactos assentados no princípio de cidadania, defendendo uma suposta eficiência do mercado ou a existência de uma virtuosidade das ações da sociedade civil.

Entendemos que o perfil dessas organizações possa ser um indicador da natureza democrática e cidadã ou clientelista dos pactos atuais entre Estado e sociedade, à medida que reconhecem o cidadão como portador de direitos e responsabilidades, ou reforçam os antigos moldes de dependência e

patrimonialismo nas relações sociais. Contudo, este não é o foco principal deste trabalho.

Como parte do Sistema de Garantia de Direitos, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários – SCFV, no qual as crianças e adolescentes participantes da investigação estão inseridos, está endossado pela PNAS que têm suas ações sócios assistenciais são canalizadas na família, em especial as que se encontram em condições de vulnerabilidade e risco social, com vínculos fragilizados quanto ao convívio familiar e social, além da falta de acesso aos direitos e serviços sociais. A PNAS entende a família

“[...] como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, protetora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida” (PNAS, 2004, p.33).

A PNAS determina suas ações baseadas em duas proteções sociais que tem como finalidade garantir as seguranças: de sobrevivência, de acolhida, de convívio ou vivência familiar, através dos programas, projetos, serviços e benefícios para a diminuição da exclusão social com a inclusão e igualdade dos benefícios e no acesso aos bens e serviços sócios assistenciais, de modo a assegurar e fortalecer os vínculos familiares e comunitários daqueles que estão em situação de vulnerabilidade e risco social.

A Proteção Social Básica por meio do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Programas de Transferência de Renda (por exemplo, o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada) visa prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidade e aquisições.

A Proteção Social Especial compreende o atendimento assistencial das famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco pessoal e social, seja abandono, maus tratos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, trabalho infantil, situação de rua, etc. É importante ter em mente que a proteção social humana não resulta apenas da capacidade individual em dar conta de necessidades e superar fragilidades, mas de um conjunto de relações e acessos aos bens coletivos que constroem a superação da desproteção por meio de múltiplas formas, dentre elas, a convivência social e a educação.

Podem ser encontrados componentes importantes para avaliar as condições de maior ou menor vulnerabilidade. Entre esses elementos podem ser

citados: o acesso aos meios de comunicação, a escolarização, a disponibilidade de recursos materiais, a autonomia para influenciar nas decisões políticas e a possibilidade de enfrentar barreiras culturais e de estar livre de coerções violentas ou poder defender-se delas.

2.2. Vulnerabilidade e risco: a importância de discernir e compreender

Para analisarmos as perspectivas sobre violências sofridas pelas crianças e adolescentes participantes desta pesquisa achamos necessário o esclarecimento dos conceitos de risco e vulnerabilidade social visto que como diversas áreas de conhecimento fazem uso desses conceitos, existem várias maneiras de defini-los.

Utilizado em várias disciplinas do campo das Ciências Naturais e Exatas e, em particular das Ciências da Saúde e das Ciências Sociais e Humanas, essas aplicações dos conceitos tiveram implicações para pesquisas e práticas em relação à infância e adolescência. Assim, as definições de risco e vulnerabilidade podem ser compreendidas como um processo agregado a diferentes contextos histórico-sociais e as diferentes áreas científicas que as desenvolveram para tratar seus objetos.

Percebe-se que por muitas vezes há uma confusão no uso dos conceitos de risco e vulnerabilidade. Alguns autores e até mesmo órgãos governamentais os tratam como sinônimos, enquanto uns se concentram mais no conceito de risco, outros mantêm o foco no conceito de vulnerabilidade.

A própria Política Nacional de Assistência Social, embora tenha evoluído em muitos sentidos, não trouxe, de uma maneira clara, uma conceituação de vulnerabilidade social, nem mesmo de risco social. A construção da PNAS foi edificada a partir de uma visão social de proteção, que supôs conhecer os riscos e as vulnerabilidades sociais a que estão sujeitos os destinatários da Assistência Social. Como é mencionado pela Política Nacional, é no cotidiano da vida das pessoas que riscos e vulnerabilidades se constituem.

Yunes e Szymanski (2001) chamaram a atenção para a diferença entre os conceitos de risco e vulnerabilidade. De acordo com as autoras, o conceito

de vulnerabilidade “é aplicado erroneamente no lugar de risco” (p.29). Segundo as mesmas, enquanto a definição de risco foi usada pelos epidemiologistas em associação a grupos e populações, a vulnerabilidade refere-se aos indivíduos e às suas suscetibilidades ou predisposições a respostas ou consequências negativas. Apesar de serem conceitos distintos, segundo as autoras, existe uma relação entre vulnerabilidade e risco: “a vulnerabilidade opera apenas quando o risco está presente; sem risco, vulnerabilidade não tem efeito” (YUNES E SZYMANSKI, 2001, p.28).

Sobre a relação entre vulnerabilidade e risco, Reppold et al. (2002, p.10) afirmam que, frente a situações adversas, o “comportamento dos sujeitos perante esses eventos depende de sua vulnerabilidade”, ou seja, há uma predisposição ou mesmo retorno pouco adequado à situação. Pode-se citar como um dos fatores de risco para o desenvolvimento psicológico e social o baixo nível socioeconômico, a remuneração parental, baixa escolaridade, famílias numerosas e ausência de um dos pais.

A tendência entre os pesquisadores na temática da criança e do adolescente e algumas orientações governamentais² é dar ênfase nos potenciais e nas habilidades das crianças, dos adolescentes, das suas famílias e das comunidades, ao invés das carências, das faltas ou das deficiências. (BARKER; RIZZINI, 2002).

A visão da criança e do adolescente como oportunidade e a definição de bases de apoio formais (creches, escolas, clubes, programas religiosos) e informais (redes de amizade e solidariedade, relações afetivas significativas na vida das crianças e adolescentes), bem como os recursos familiares e comunitários, são os elementos fundamentais para o desenvolvimento saudável da criança (RIZZINI; BARKER; CASSANIGA, 2000). Essa perspectiva estimula as competências de todos os envolvidos com a criança e o adolescente, fortalecendo e resgatando o potencial das redes e inaugurando um novo referencial para as políticas e práticas voltadas à criança e ao adolescente em contexto de pobreza.

As autoras Carneiro e Veiga (2004) definem vulnerabilidade como exposição a riscos e baixa capacidade material, simbólica e comportamental de

² Vide Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 06 a 15 anos.

famílias e pessoas para enfrentar e superar os desafios com que se defrontam. Portanto, os riscos estão associados, por um lado, com situações próprias do ciclo de vida das pessoas e, por outro, com condições das famílias, da comunidade e do ambiente em que as pessoas se desenvolvem.

Em sociedades baseadas em economia de mercado, Carneiro e Veiga (2004) entendem que a pobreza representa a primeira aproximação da exposição a riscos, principalmente em contextos em que famílias pobres não contam com uma rede pública de proteção social (acesso a bens e serviços básicos que viabilizem melhores oportunidades para enfrentar as adversidades). Logo, a ausência de recursos materiais alimentará outras fragilidades: baixa escolarização, condições precárias de saúde e de nutrição, moradias precárias em locais ambientalmente degradados e condições sanitárias inadequadas (necessidades insatisfeitas). Famílias e pessoas em tais condições de vida disporão de um repertório mais reduzido para enfrentar as adversidades, o que, nos termos de Sen (2000), é denominado privação de capacidades.

Dessa forma, Carneiro e Veiga (2004) concluem que vulnerabilidades e riscos remetem às noções de carências e de exclusão. Pessoas, famílias e comunidades são vulneráveis quando não dispõem de recursos materiais e imateriais para enfrentar com sucesso os riscos a que são ou estão submetidas, nem de capacidades para adotar cursos de ações/estratégias que lhes possibilitem alcançar patamares razoáveis de segurança pessoal/coletiva.

De acordo com os autores citados, a inclusão poderia possibilitar a melhoria das condições materiais de pessoas, famílias e comunidades, bem como o acesso a serviços públicos básicos (educação, saúde, habitação, nutrição, segurança pública, justiça, cultura e recreação) para esses grupos desenvolverem sua competência, autonomia, autodesenvolvimento e capacidade de ação. Os autores finalizam sua análise dizendo que os riscos e as vulnerabilidades emergem de uma multiplicidade de fatores interdependentes. Estratégias para reduzi-los e ampliar a inclusão requerem ações em várias frentes, exigindo o planejamento para que elas sejam executadas de forma integrada e complementar.

Ayres et. Al. (2003) conceitua a vulnerabilidade como indicador de iniquidade ou desigualdade social. A vulnerabilidade é conceito que revela um instrumento de inteligibilidade de situações de saúde e seus determinantes, que

envolvem os planos individual, social e programático. Como vulnerabilidade individual (Ayres et al., 2003) refere-se

(...) ao grau e à qualidade da informação de que os indivíduos dispõem sobre o problema; à capacidade de elaborar essas informações e incorporá-las aos seus repertórios cotidianos (...) ao interesse e às possibilidades efetivas de transformar essas preocupações em práticas protegidas e protetoras (AYRES et al., 2003, p.123).

Portanto, é aquilo que uma dada pessoa singular pensa, faz e quer, que a coloca de alguma forma exposta à aquisição de um agravo de longa duração, seja pela idade, estrutura física ou genética, o tipo de informação que ela dispõe, como essa pessoa utiliza a informação, seus valores e projetos de vida, enfim, tudo o que ela pode fazer por si mesma como meio de proteger sua vida.

Para os autores (Ayres et al., 2003), a vulnerabilidade social é atribuída ao modo da

(...) obtenção de informações (...), como acesso aos meios de comunicação, escolarização, disponibilidade de recursos materiais, poder de influenciar decisões políticas, possibilidades de enfrentar barreiras culturais, estar livre de coerções violentas, ou poder defender-se delas (AYRES et al., 2003, p.123)

Assim, as condições culturais, econômicas e políticas precisam ser pensadas quando queremos compreender as razões pelas quais as pessoas pensam, fazem e querem coisas que as expõem a um agravo de longa duração e todas as suas consequências, sendo a família parte desse contexto.

O componente social da vulnerabilidade envolve o acesso às informações, as possibilidades de transformá-las ou de adaptá-las e o poder de incorporá-las a mudanças práticas na vida cotidiana, condições estas diretamente associadas ao acesso a recursos materiais, a instituições sociais como escola e serviços de saúde, ao poder de influenciar decisões políticas, à possibilidade de enfrentar barreiras culturais e de estar livre de coerções violentas de todas as ordens, dentre outras, que precisam então ser incorporadas às análises de vulnerabilidade e aos projetos educativos às quais elas dão sustentação.

A vulnerabilidade no plano programático (AYRES et al., 2003) reporta-se aos recursos sociais que as pessoas necessitam para não se expor aos agravos de longa duração e “se proteger de seus danos que sejam disponibilizados de

modo efetivo e democrático” (p. 123). Podemos considerar instituições como as de saúde, educação, comunidade entre outras. Logo, as diferentes situações de vulnerabilidade dos sujeitos (individuais e/ou coletivos) podem ser particularizadas pelo reconhecimento desses três componentes interligados: o individual, o social e o programático. O que nos remete às seguintes questões de ordem prática: vulnerabilidade de quem? Vulnerabilidade a quê? Vulnerabilidade em que circunstâncias ou condições?

Segundo Abramovay et al. (2002), o uso do termo vulnerabilidade social na América Latina pode ser considerada recente. Ele foi criado com o objetivo de ampliar a análise dos problemas sociais, ultrapassando o identificador de renda chegando a diversas modalidades de desvantagem social. O conceito está vinculado às concepções do Estado de Bem-Estar Social.

As principais formas de vulnerabilidades que acometem as crianças e adolescentes que vivem negativamente as consequências das desigualdades sociais estão associadas à pobreza e exclusão social. Exemplos disso podem ser notados na falta de vínculos afetivos na família e nos demais espaços de socialização, à passagem abrupta da infância à vida adulta, à falta de acesso à educação, trabalho, saúde, lazer, alimentação e cultura, à falta de recursos materiais mínimos para a sobrevivência, à inserção precoce no mundo do trabalho, à entrada em trabalhos desqualificados, à exploração do trabalho infantil, à falta de perspectivas profissional e planos para o futuro, ao alto índice de reprovação e/ou evasão escolar, à oferta de integração ao consumo de drogas. (ABRAMOVAY, CASTRO, PINHEIRO, LIMA, MARTINELLI, 2002).

Sierra e Mesquita (2006) apontam que existem os riscos inerentes aos problemas associados ao alcoolismo e conflitos entre casais, que tornam crianças testemunhas de agressões e de várias formas de violência. Os riscos relacionados ao lugar de moradia podem incluir a precariedade da oferta de instituições e serviços públicos e a proximidade da localização de pontos de venda controlados pelo tráfico de drogas.

Muitas vezes, as relações em contexto de vulnerabilidade social produzem crianças, adolescentes e famílias passivas e dependentes, com a autoestima consideravelmente comprometida. De forma circular e quase inevitável este ciclo se estabelece reforçando a condição de miséria, não só no nível material, como também no nível afetivo. Corre-se o risco de as pessoas,

desde muito jovens, perceberem-se como inferiores, incapazes, desvalorizadas, sem o reconhecimento social mínimo que as faça crer em seu próprio potencial como ser humano.

Pode-se ainda, entender o risco apenas como uma questão de preocupação pessoal e individual. Dessa forma, as incertezas da vida deveriam ser enfrentadas e respondidas pelas pessoas individualmente, de acordo com as suas possibilidades. Assim, parece não haver mais o compromisso coletivo da sociedade com os riscos sociais da população, da comunidade. Como outros exemplos, é possível pensar nos casos de pessoas que não tenham o que comer; que são violentadas pelos seus pais; que não conseguem uma vaga na escola; que não conseguem desenvolver as suas potencialidades ou se encontram na circunstância de trabalhar desde a infância.

Desta forma, a vulnerabilidade é constituída por fatores biológicos, políticos, culturais, sociais, econômicos e pela dificuldade de acesso a direitos, que atuam de maneira isolada ou em cooperação sobre as possibilidades de enfrentamento de situações adversas.

Portanto, concordando com as Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 06 a 15 anos (2010), todo esse cenário de vulnerabilidades e riscos impacta diretamente no núcleo familiar, enfraquecendo-o em seu papel protetivo, gerando consequências diretas para a infância e adolescência, tais como: negligência; violência física, psíquica, sexual; abandono; situação de rua; exploração do trabalho infantil.

Um dos caminhos para a diminuição dos níveis de vulnerabilidade social pode ser o fortalecimento – empoderamento — dos sujeitos e das comunidades, para que estes possam acessar bens e serviços, ampliando assim, seu universo material e simbólico e também suas condições de mobilidade social. Para isso, a política de assistência social, como política pública de proteção social, é de fundamental importância, uma vez que é caracterizado como um instrumento de garantia de direitos, condições dignas de vida, emancipação e autonomia.

O empoderamento da comunidade tem sido utilizado como um jargão das políticas públicas e dos analistas. Para Maria da Glória Gohn (2004),

(...) trata-se de processos que tenham a capacidade de gerar processos de desenvolvimento autossustentável, com a mediação de agentes externos- os novos educadores sociais – atores fundamentais na organização e o desenvolvimento dos projetos. O novo processo tem ocorrido, predominantemente, sem articulações políticas mais amplas, principalmente com partidos políticos ou sindicatos (GOHN, 2004, p.4).

Traduzido de *empowerment*, a palavra não tem um caráter universal. Pode referir-se ao processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades – no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas, como também pode referir-se a ações destinadas a promover simplesmente a pura integração dos excluídos, carentes e demandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos, atenção pessoal etc., em sistemas precários, que não contribuem para organizá-los.

Logo, o enfoque de risco e vulnerabilidade social se dá como ferramenta importante para compreender a situação das crianças e jovens, em especial de camadas populares, e da sua relação com a violência, uma vez que atualmente são considerados atores chave do desenvolvimento, apesar das estatísticas apresentarem uma realidade diferente.

A fim de tentar compreender um pouco mais sobre quão sujeitas as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social estão frente às violências, procuramos, na próxima subseção, conceituar as diferentes perspectivas de violências, suas manifestações e características. Para isso procuramos por pesquisadores que tivessem seus trabalhos de alguma forma relacionados com a nossa temática, além de organizações e relatórios mundiais.

2.3. Conceituar as diferentes perspectivas de violências: suas manifestações e características

Hannah Arendt (1994) nos auxilia a entender a problemática da violência explicando sobre suas causas de maneira geral e sua natureza e destaca a superpopulação como um dos seus motivos, que traz como resultado a irritação e a agressividade. De acordo com Arendt (1994, p. 48), o ódio e a violência que às vezes acompanham o ser humano pertencem às emoções naturais do ser

humano e extirpá-las não seria mais do que desumanizar ou castrar o indivíduo e que, em certas circunstâncias, a violência – o agir sem argumentar, sem o discurso ou sem contar com as consequências – é o único modo de reequilibrar as balanças da justiça.

A violência, sendo instrumental por natureza, é racional à medida que é eficaz em alcançar o fim que deve justificá-la. E posto que, quando agimos, nunca sabemos com certeza quais serão as consequências eventuais do que estamos fazendo, a violência só pode permanecer racional se almeja objetivos de curto prazo. Para Arendt (1994, p. 58), a violência não promove causas, nem a história, nem a revolução, nem o progresso, nem o retrocesso; mas pode servir para dramatizar queixas e trazê-las à atenção pública.

Vale ressaltar que a violência não se restringe ao que causa dor física, uma vez que a dor é objetiva, e também subjetiva, pois tem o poder de ser sentida em situações nas quais a materialidade do corpo não é afetada (ABRAMOVAY: CASTRO, 2006).

A violência, portanto, parece ser um conceito mais amplo, que abriga não apenas a dor, mas vai além dela, permeando o cotidiano, não se fundamentando, unicamente, em atos e/ou crimes concretos, ao contrário, a violência parece ser também algo que paira sobre os indivíduos na forma de um sentimento de insegurança.

De acordo com Abramovay, Cunha e Calaf (2009), várias manifestações podem ser identificadas como violências: gestos e atos físicos (nos quais se enquadram as agressões e roubos); atos verbais (como ameaças, altercações, humilhações); atos de comunicação não verbal (olhares, silêncios, isolamento do grupo); situações conflituosas e sociais (escravidão, racismo, desigualdade social ou de gênero) ou relacionais (conflitos nas relações face a face); e tensões, isto é, forças contrárias que prolongam uma situação até os limites nos quais uma cisão se produz e a tensão cede o lugar ao conflito aberto.

A violência, portanto, pode se expressar por meio do crime organizado, tráfico de drogas, violência urbana, violência intrafamiliar e violência relacionada a identidade cultural, racial, financeira e das condições de vida de uma forma geral.

Abramovay, Cunha e Calaf (2009, p. 22-23), corroborando com Charlot (2002), classificam as ações e tensões violentas em três níveis: *violência dura*,

micro violências ou incivildades e *violência simbólica*. As *violências duras* se referem àqueles atos que podem ser enquadrados como crimes ou infrações legais, ou seja, estão presentes nos códigos penais: lesões corporais, ameaças, roubos, furtos e tráfico de drogas. As *microviolências* ou incivildades são aquelas ações que não contradizem nem a lei, nem os regimentos dos estabelecimentos, mas as regras da boa convivência, caracterizando-se por desordens e grosserias. Já a *violência simbólica*, em síntese, é uma forma de dominação que se apoia em mecanismos simbólicos de poder que estruturam as sociedades e fazem com que as pessoas vítimas da violência não necessariamente se apercebam dela.

Esse raciocínio nos remete a Bourdieu (1989, p.11), que explica como os sistemas simbólicos se fundamentam por relações de poder. Dessa forma, as violências simbólicas atuam como instrumentos voltados a legitimar atitudes e ações dos que estão em exercício de poder em alguma instituição, fortalecendo-os, sem que haja necessariamente o emprego da força para atingir a dominação, mas sim cumplicidade do violentado, que não vê como violência.

Assim, sempre que nos posicionamos perante o outro na qualidade de representantes hierárquicos de determinada prática social, seja com o intuito que for, estabelecemos uma relação, a rigor, violenta. Nesse sentido, pais e filhos são violentos entre si, da mesma forma que médicos e pacientes, sacerdotes e fiéis, personagens televisivos e espectadores, professores e alunos, equipe gestora e professores, equipe profissional da escola e familiares. É o que se poderia conceber, grosso modo, como uma espécie de liturgia dos lugares e, por extensão, das relações institucionais.

Voltado especialmente aos estudos sobre violência nas escolas Debarbieux (2007) explicita alguns fatores de risco que podem contribuir para o aumento da violência. Um deles é o fator de risco familiar, que se refere ao estilo parental como um predito, ou seja, um estilo parental repressivo e autoritário, que faz uso de castigos físicos é um dos maiores preditores de manifestações de violência por parte de seus filhos.

Há também, para o autor (DEBARBIEUX, 2007), os fatores de risco associados à escola, nos quais estariam incluídos o insucesso e abandono escolar, o absentismo, os problemas disciplinares, as mudanças frequentes de

escola, a fragilidade das relações entre escolas e famílias e o fraco empenho nas atividades escolares.

Podemos usar como exemplo um círculo vicioso de uma criança ou adolescente vítima de violência doméstica, onde a autoestima é prejudicada e o modelo de relacionamento interpessoal ensinado é a agressão. Ao chegar à escola, ela pode apresentar dificuldades de aprender e agressividade, os quais podem resultar em desempenho acadêmico fraco e comportamentos antissociais. Assim, por um lado, o fracasso escolar piora ainda mais sua autoestima e gera sentimentos de inferioridade e revolta, que podem se expressar em uma intensificação dos comportamentos violentos. Por outro lado, a agressividade do aluno leva à sua estigmatização e gradativa exclusão, por repetência ou evasão. Por fim, ao tomar conhecimento das dificuldades da criança em sua vida escolar, muitos pais fazem uso da violência como punição, o que agrava mais ainda o quadro.

Segundo Debarbieux (2007), há ainda os fatores de risco ligados aos pares que indicam, por exemplo, que o sentimento de pertença de um jovem em relação a um grupo de pares, uma gangue, por exemplo, deve aumentar consideravelmente as chances de que esse jovem venha a praticar atos violentos.

Finalmente, o estudioso coloca os fatores de risco ligados ao meio social, que estão associados ao baixo status social e à pobreza, à desorganização comunitária, à presença de armas e de drogas na vizinhança, à exposição à violência e ao racismo e à existência de adultos criminosos na comunidade (DEBARBIEUX, 2007).

Debarbieux (2007, p.166) apresenta a hipótese de que todo o aumento da desigualdade e da exclusão social gera um aumento da violência na escola e fora dela. Então, não se trata de estigmatizar os pobres ou de naturalizar suas manifestações violentas, mas de sublinhar que a violência é uma construção social, que não pode, portanto, ser desconstruída senão socialmente. Ela se configura como um problema global, em um mundo cada vez mais interdependente.

Com a crescente conscientização e sensibilização de profissionais e do público em geral, a violência psicológica, que atinge crianças e adolescentes, passou a receber atenção internacional. Jellen et al. (2001) sinalizam que a

violência psicológica tem sido considerada como ponto central do abuso infantil e da negligência. Claussen et al. (1991) afirmam que a violência psicológica pode causar mais danos no desenvolvimento infantil do que a violência física. Os possíveis efeitos na criança de conviver com a violência psicológica são enumerados pelos estudiosos citados acima, tais como: incapacidade de aprender, incapacidade de construir e manter satisfatória relação interpessoal, inapropriado comportamento e sentimentos frente a circunstâncias normais, humor infeliz ou depressivo e tendência a desenvolver sintomas psicossomáticos.

Garbarino et al. (1986) elencaram cinco importantes comportamentos parentais tóxicos que nos auxiliam na detecção deste abuso, são eles: rejeitar (recusar-se a reconhecer a importância da criança e a legitimidade de suas necessidades); isolar (separar a criança de experiências sociais normais impedindo-a de fazer amizades e fazendo com que a criança acredite estar sozinha no mundo); aterrorizar (a criança é atacada verbalmente), criando um clima de medo e terror, fazendo-a acreditar que o mundo é hostil); ignorar (privar a criança de estimulação, reprimindo o desenvolvimento emocional e intelectual); e corromper (quando o adulto conduz negativamente a socialização da criança, estimula e reforça o seu engajamento em atos antissociais).

Para o Relatório mundial sobre prevenção da violência de 2014, elaborado pela Organização Mundial da Saúde, que coletou dados de 133 países, incluindo o Brasil, com a intenção de avaliar os esforços para combater a violência interpessoal, como maus-tratos à criança, a violência juvenil, violência pelo parceiro íntimo, violência sexual, além dos abusos a idosos em casa e nos asilos,

(...) todos os tipos de violência estão fortemente associados a determinantes sociais, como governança fraca; estado de direito fraco; normas culturais, sociais e de gênero; desemprego; desigualdade de renda e de gênero; rápidas mudanças sociais; e oportunidades limitadas de educação. Fatores transversais de risco, como facilidade de acesso a armas de fogo e a outros tipos de arma, e consumo excessivo de álcool também estão fortemente associados a múltiplos tipos de violência. Juntos, esses fatores criam um ambiente social propício para a violência e, na ausência de esforços para enfrenta-los, torna-se difícil alcançar os ganhos sustentáveis da prevenção. Para isso, qualquer estratégia abrangente de prevenção da violência deve identificar meios para atenuar esses riscos, ou fornecer proteção contra eles (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2014, p.08).

De acordo com o estudo internacional, enquanto, aproximadamente 60% das vítimas de homicídios eram homens entre 15 e 44 anos de idade – o que representa a terceira causa principal de morte para homens em tal faixa etária – mulheres, crianças e idosos precisam suportar o impacto das consequências não fatais de abusos físicos, sexuais e psicológicos. Cerca de 25% de todos os adultos relatam ter sofrido abusos físicos quando crianças; uma em cada cinco mulheres relata ter sofrido abusos sexuais quando criança; uma em cada três mulheres foi vítima de violência física ou sexual praticada por parceiro íntimo em algum momento da vida; por fim, um em cada 17 idosos relatou ter sofrido abusos no mês que antecedeu a dita pesquisa.

Em outras palavras, dentre os fatores relacionados com a posição e situação familiar dos indivíduos observa-se uma incidência muito maior de vítimas entre os jovens do sexo masculino, destacando-se os jovens homens também entre os agressores. Vários estudos alertam sobre a construção de masculinidade baseada em valores de violência (BREINES et al 2000), exibição de força e a negociação de agressividade e conflitos não somente por brigas ou alterações verbais, mas como também pela banalização do uso de armas (NOLASCO, 2001).

Muitas vítimas adotam um esforço para lidar com o impacto psicológico da violência e para isso passam a ter um consumo excessivo de álcool e drogas, além do tabagismo e sexo inseguro. Assim, a violência exerce forte pressão sobre os sistemas de saúde e de justiça criminal, sobre os serviços sociais e de bem-estar e sobre a estrutura econômica das comunidades.

O levantamento do Relatório (2014) ainda indicou que crianças que sofrem rejeição, negligência, punição corporal severa e abuso sexual – ou que testemunham violência em casa ou na comunidade – estão em maior risco de envolverem-se em comportamento agressivo e antissocial em estágios mais avançados de seu desenvolvimento, inclusive comportamentos violentos na idade adulta.

Segundo o estudo Prevenindo a violência juvenil: um panorama das evidências (2015), também elaborado pela OMS,

(...) a violência praticada por jovens é influenciada por fatores de risco em diferentes níveis e em diferentes estágios da vida de uma pessoa. No nível individual, fatores de risco podem incluir uma história de

envolvimento em crime, delinquência e comportamento agressivo; condições psicológicas, tais como hiperatividade e distúrbio de conduta; e o consumo prejudicial de bebidas alcoólicas e drogas ilícitas. Fatores de risco no nível de relacionamentos próximos incluem supervisão parental precária ao longo do crescimento; disciplina severa e inconsistente aplicada por pais e mães; envolvimento dos genitores com atividades criminosas; e associação com jovens delinquentes. Fatores de risco no nível da comunidade incluem vizinhança vulnerável ao crime, gangues e fornecimento local de armas e drogas ilícitas; facilidade de acesso a bebidas alcoólicas; desemprego; altos níveis de desigualdade de renda, e pobreza concentrada (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2015, p. 06).

Ainda de acordo com o estudo (2015), mesmo que o peso da violência juvenil seja maior em países de média e baixa renda, quase todos os estudos sobre a eficácia da prevenção vêm de países de alta renda, especialmente Austrália, Reino Unido, alguns outros países da Europa Ocidental e Estados Unidos. Existe uma maior proporção de estudos relacionados a avaliação de resultados, que se refere a estratégias voltadas a fatores de risco nos níveis do indivíduo e de relacionamentos próximos; e em menor número, há avaliações de resultados relacionados a estratégias no nível da comunidade e da sociedade.

Certamente, a violência contra crianças e adolescentes causa maior impacto social no momento em que resulta em problemas como homicídios e incestos; entretanto, quando se manifesta sob formas socialmente aceitáveis, como palmadas e castigos exacerbados, é banalizada.

Importa ainda neste trabalho demarcar que a violência não é um problema da contemporaneidade. A visibilidade dada a ela nos últimos tempos, especialmente pelas diversas mídias (radiofônica, escrita, televisiva e eletrônica) é a diferença histórica no trato da questão. Com os inúmeros casos expostos por esses meios de comunicação, cria-se a sensação de que a violência é um fenômeno inevitável, prevalente a todos os espaços e tempos sociais, uma ameaça naturalizada em nossa realidade social e que tem aumentado exponencialmente.

Não se nega nesta pesquisa que a violência tem escalado níveis tão altos quanto inaceitáveis nos últimos anos, o que observamos é que a exposição exagerada de atos de violência pelas mídias não tem contribuído para dirimi-la, mas servido como uma fonte de informações altamente rentáveis para esses meios. Infere-se até que essa exploração da violência, por meio de narrativas carregadas de sensacionalismo, ao invés de minimizá-la é mais uma forma de

alimentá-la. Frequentemente vemos termos como violência doméstica, violência contra a mulher, violência contra crianças e adolescentes aparecem quase que exclusivamente associados a crimes, o que gera a falsa ideia de que apenas o crime é violência.

Por isso, definir teoricamente violência exige cuidado, pois é necessário desconstruir conceitos que estão fortemente arraigados, originários do senso comum e alimentados pelas mídias. Assim, a violência, por ser um fenômeno social dinâmico e volátil, abrangendo os mais diversos segmentos, tem seus significados, representações e dimensões modificadas historicamente, contextualizando-se diferentemente em cada sociedade e época. Sendo assim, faz-se necessário observar as circunstâncias, seus contextos, situações e processos sociais quando o tema é a violência. É preciso reconhecer e compreender que em determinado contexto alguns atos serão classificados como violentos e em outros não.

Entendemos que a banalização da violência pode assumir duas formas. A primeira é considerar a violência como uma coisa normal, natural, como se fosse parte inevitável da vida em sociedade. Essa ideia tem como consequência a redução das expectativas das pessoas em relação a si próprias e ao outro, na forma de que vale tudo, desde que você seja o vencedor, o que naturalmente contribui para o aumento das violências. A segunda é enxergar tudo como violência, ou seja, chamar de violência qualquer situação banal que nos desagrada, como um atrito verbal, um conflito de interesses, uma resposta ríspida etc. Essa generalização faz com que a violência seja supervalorizada, contribuindo para que ela seja considerada inevitável ou natural.

Entendemos que dentre as formas de violência praticadas contra crianças e adolescentes destaca-se a física, quando causa dano físico, podendo variar de lesão leve a consequências extremas como a morte; a psicológica, quando produz um padrão de comportamento destrutivo, afetando a saúde mental; a sexual, quando envolve jogo, estimulação, contato ou envolvimento em atividades sexuais, em que crianças ou adolescentes não compreendem e não consentem; e a negligência, quando não se atende àquilo que é indispensável ao adequado crescimento e desenvolvimento, incluindo a falta de interesse para com as necessidades e manifestações da criança e adolescente, a falta de calor humano/amor e de responsabilidade.

Nesse contexto, podemos problematizar que, atualmente, não há uma real discussão da violência como efeito das relações de poder estabelecidas na sociedade, de maneira que o fenômeno é tratado de forma particular.

É premente aprofundar a discussão dessa temática, a partir da compreensão da violência como um fenômeno histórico e socialmente construído. Seu conceito está em constante mutação, uma vez que várias atitudes e comportamentos passaram a ser considerados como formas de violência. Devido à generalização deste fenômeno não existem mais grupos sociais protegidos, diferentemente de outros momentos, ainda que alguns tenham mais condições de buscar proteção institucional e individual. Isto é, a violência não mais se restringe a determinados nichos sociais, raciais, econômicos e/ou geográficos, entretanto, pode ser acentuada, como vimos anteriormente, por gênero, idade, etnia e classe social, independentemente se como vítimas ou como agentes.

Acreditamos que a violência sofrida pelas crianças e jovens possui fortes vínculos com a vulnerabilidade social em que se encontra a juventude no Brasil, dificultando, por conseguinte o seu acesso às estruturas de oportunidades disponíveis nos campos da saúde, educação, trabalho, lazer e cultura.

De acordo com Abramovay et al. (2002), a partir da associação da vulnerabilidade com a desigualdade social e a segregação juvenil, tem-se conseguido esclarecer cenários das complexas nuances da relação juventude e violência. Essa relação é percebida como o produto de dinâmicas sociais, pautadas por desigualdades de oportunidades, segregações, uma inserção deficitária na educação e no mercado de trabalho, de ausência de oportunidades de lazer, formação ética e cultural em valores de solidariedade e de cultura de paz e de distanciamento dos modelos que vinculam esforços a êxitos.

A combinação desses fatores citados acima tem sido responsável por colocar os jovens à margem da participação democrática que colabore na construção de identidades no que tange à diversidade cultural e à solidariedade por compromissos de cidadania, assim como no fortalecimento de autoestima e de um sentimento de pertencimento comunitário. Em decorrência, muitos ficam relegados às influências que nascem de sua interação cotidiana nas ruas, com outros que partilham das mesmas carências quando não são atraídos pelo

mundo do crime e das drogas, inclusive por seus símbolos e práticas autoritárias de imposição de poder, ou de protagonismo negativo.

Concordamos com as autoras Abramovay et al. (2002), no sentido de que a situação de vulnerabilidade aliada às turbulentas condições socioeconômicas ocasiona uma grande tensão entre os jovens que agravam diretamente os processos de integração social e, em algumas situações, fomenta o aumento da violência e da criminalidade. Ressaltamos que a violência, em muitos casos associada à pobreza, não é sua consequência direta, mas sim da forma como as desigualdades sociais, a negação do direito ao acesso a bens e equipamentos opera nas especificidades de cada grupo social, desencadeando comportamentos violentos.

Por fim, nesta primeira seção, refletimos sobre as legislações brasileiras que estabeleceram algumas conquistas e marcos no que tange aos direitos de crianças e adolescentes, sobre as diferentes perspectivas e conceitos ao definirmos vulnerabilidade e risco, assim como o caráter das violências. Desta forma, essa discussão propiciou um aprofundamento a respeito de como o Brasil tem tratado a questão de crianças e adolescentes que estão em situação de vulnerabilidade e sujeitas a violências, com objetivo de analisar as concepções dos participantes desta pesquisa.

SEÇÃO 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E OS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Nesta seção relatamos os procedimentos metodológicos da pesquisa. A ideia é vislumbrarmos quais foram os instrumentos metodológicos que nos auxiliaram a responder as questões desta investigação. Desta forma, esta seção foi subdividida em três partes: a primeira para apresentar nosso universo de pesquisa, ou seja, o CRAS e o SCFV – visto ser importante contextualizar o local de pesquisa, uma vez que muitas cidades possuem o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, mas o desconhecem. O segundo para discutirmos o procedimento metodológico, com as narrativas dos sujeitos investigados e os instrumentos de coleta de dados; e por fim, o terceiro, relatar um pouco sobre quem são esses participantes.

Tendo como objeto de estudo a vulnerabilidade e as violências de crianças assistidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, fez-se necessário realizarmos uma parte empírica. Conforme os questionamentos que nos mobilizaram, como já foi dito antes: os direitos e a proteção de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade têm sido assegurados, tendo em vista o sistema de garantia de direitos? A quais tipos de violências elas estão sendo submetidas? Como elas percebem e/ou sentem essas violências? Como têm afetado suas vidas? Será que essas violências se encontram naturalizadas?

Entendendo que essas crianças e adolescentes que frequentam o SCFV necessariamente estão em situação de vulnerabilidade ou passaram por problemas relacionados às violências, assumimos como hipótese inicial que o público alvo desta pesquisa vivenciava violências de forma contínua em seus cotidianos e, assim, esses atos acabavam se tornando naturalizados. Nosso problema de pesquisa central foi: em casos onde os direitos assegurados não são cumpridos, como as violências submetidas às crianças e adolescentes marcam suas trajetórias de vida?

Para responder as nossas indagações traçamos dois objetivos gerais, como já dissemos: identificar se os direitos de crianças e adolescentes vulneráveis às violências têm sido assegurados; e, analisar a possibilidade de naturalização das violências por meio das percepções e trajetórias de vida dos participantes da pesquisa.

3.1. O universo da pesquisa: local e características

Optamos por realizar este estudo em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, onde trabalhei por alguns anos. Situado no interior do estado de São Paulo, recebe cerca de 80 crianças e adolescentes entre seis e quinze anos de idade que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade e são, por muitas vezes, vítimas de diversos tipos de violência.

O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS – é uma unidade pública estatal descentralizada da Política de Assistência Social, que como já vimos é responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Os CRAS são instalados em área de grande vulnerabilidade e possui uma equipe técnica composta por Assistentes Sociais, Psicólogos e Educadores Sociais, além da equipe de apoio de limpeza e área administrativa.

O CRAS foi criado como uma unidade que visa o apoio às famílias e indivíduos, garantindo os direitos, com ênfase na convivência familiar, sendo caracterizado como a principal porta de acesso da família na política de proteção básica.

Tendo como principal objetivo, o CRAS busca prevenir a situação de vulnerabilidade e risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Para que isso ocorra, é necessário que um técnico de referência faça uma leitura da realidade e um projeto de mudança da situação encontrada, priorizando as situações de maior vulnerabilidade.

Segundo os dados do Censo do Sistema Único de Assistência Social de 2016³, a quantidade de CRAS no país chegou a 8.240 unidades no ano passado. A região sudeste concentra 34,5% dos CRAS, seguida pelo nordeste com 32,1%. A região sul detém 18,4% das unidades, enquanto o norte e o centro-oeste empatam com 7,5%.

Cerca de 42% dos Centros estão em municípios com até 20 mil habitantes, o que nos mostra que a população das pequenas cidades também está assistida pela rede de proteção social.

³ O MDS disponibilizou as bases de dados para consulta. Para conhecer os dados, basta acessar: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>

No município em que desenvolvemos a pesquisa, atualmente, existe cinco CRAS em funcionamento. A localização de cada um foi pensada de acordo com o nível de vulnerabilidade em que o bairro se encontrava e a quantidade de serviços públicos disponíveis naquela região. Dessa forma, um CRAS não atende somente um bairro, mas sim uma região, que é também chamado de território, podendo abranger mais de seis ou sete bairros.

Para o CRAS ser credenciado é necessário que ele ofereça o serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, assim como deve ter a matricialidade sócio familiar, ou seja, ter a família na centralidade dos atendimentos. Para cada família atendida é necessário que se planeje as formas de ações partindo do conhecimento das necessidades e expectativas diferenciadas dos seus membros e, em especial, de acordo com a forma que a família se organiza.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS:

O SUAS, ao eleger a matricialidade sócio familiar como uma de suas bases estruturantes, organiza toda a rede sócio assistencial para o apoio às famílias, a fim de assegurar a toda a população o direito a convivência familiar, seguindo o pressuposto de que para a família prevenir, proteger e manter seus membros é necessária a ação efetiva do poder público. O CRAS, assim, considera a família como um espaço de ressonância e sinergia dos interesses e necessidades coletivas e de mobilização a participação e ao protagonismo social, ou seja, como um vetor de mudança da realidade social. (BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009, p.15)

Sendo assim, o CRAS deve contribuir para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, efetivando o acesso aos direitos sócios assistenciais e contribuindo para o fortalecimento da cidadania e o acesso a serviços setoriais, assim como deve articular, criar e manter conexões entre diferentes organizações, incidir no estabelecimento de contatos, alianças, fluxos de informações e encaminhamentos entre as demais unidades de proteção básica do território.

Além da oferta do PAIF, outro serviço complementar ofertado é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, que de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Sócios Assistenciais (2009), devem viabilizar trocas culturais e de vivência entre pessoas, fortalecendo os vínculos familiares e sociais, incentivando a participação social, o convívio familiar e comunitário e

trabalhando o desenvolvimento do sentimento de pertença e identidade. Os SCFV devem ser ofertados nos territórios de vulnerabilidade e têm como foco:

a constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes a partir de interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária. Estabelece ainda que as intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. O Serviço deve incluir crianças e adolescentes com deficiência, retirados do trabalho infantil ou submetidos a outras violações de direitos. Aos usuários, deve oferecer atividades que contribuam para ressignificar vivências de isolamento e de violação dos direitos, propiciando experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e atuando no sentido preventivo de situações de risco social (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SÓCIO ASSISTENCIAIS, 2014, p. 16).

Como objetivos específicos, os SCFV procuram, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Sócios Assistenciais (2014):

- a. Complementar as ações da família e da comunidade na proteção e no desenvolvimento de crianças e adolescentes e no fortalecimento dos vínculos familiares e sociais;
- b. Assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e para o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo;
- c. Possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural de crianças e adolescentes, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã;
- d. Estimular a participação na vida pública do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo contemporâneo;
- e. Contribuir para a inserção, reinserção e permanência no sistema educacional (TIPIFICAÇÃO NACIONAL DE SERVIÇOS SÓCIO ASSISTENCIAIS, 2014, p. 20).

Segundo a Tipificação (2014, p.18), são usuários do SCFV as crianças e os adolescentes de 06 a 15 anos de idade, em especial as crianças e os adolescentes encaminhados pela Proteção Social Especial, com prioridade para aqueles retirados do trabalho infantil e que integram o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI; pela Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, principalmente aqueles reconduzidos ao convívio familiar após medida protetiva de acolhimento; crianças e adolescentes com deficiência, com prioridade para as beneficiárias do BPC; crianças e adolescentes cujas famílias são beneficiárias de programas de transferência de

renda; crianças e adolescentes de famílias com precário acesso a renda e a serviços públicos.

O acesso ao SCFV pode acontecer por procura espontânea, que é quando um dos familiares vai até o CRAS à procura dos serviços ofertados; busca ativa, que ocorre quando a equipe técnica do CRAS pesquisa em seu território as famílias que se encontram vulneráveis; encaminhamento da rede sócio assistencial ocorre quando um dos equipamentos da Proteção Social Básica ou da Proteção Social Especial identifica um caso; ou por meio de encaminhamento das demais políticas públicas e órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

Para que o SCFV funcione conforme a Tipificação exige, é necessário que haja uma rede de Intersetorialidade. Alguns exemplos de serviços que precisam estar articulados são: os demais serviços sócios assistenciais de Proteção Social Básica; os serviços sócios assistenciais de Proteção Social Especial; os serviços públicos locais de educação, saúde, cultura, esporte e meio ambiente; instituições de ensino e pesquisa; iniciativas locais; e os programas e projetos de desenvolvimento de talentos e capacidades.

A escolha de um SCFV para o desenvolvimento da pesquisa se deu justamente pelo público que este espaço recebe e a articulação que ele deve ter com os outros serviços já citados, em especial com as escolas, uma vez que as crianças e adolescentes que frequentam o projeto devem estar matriculados em uma instituição de ensino.

O SUAS prevê a necessidade de equipes multiprofissionais para o planejamento e a execução dos serviços sócios assistenciais. Como equipe de referência para a oferta do SCFV é necessário que se tenha um técnico de referência que seja um profissional de nível superior do CRAS ao qual o SCFV esteja referenciado (normalmente um assistente social ou psicólogo); orientadores sociais, de, no mínimo, nível médio, responsável pela criação de um ambiente de convivência participativo e democrático; facilitadores de oficinas, com formação mínima de nível médio, responsável pela realização de oficinas de convívio por meio do esporte, lazer, arte e cultura. Ainda existe o chefe de núcleo, ou seja, o coordenador, como formação mínima de nível médio; equipe administrativa; equipe de cozinheiras; e equipe de limpeza. Cabe salientar que a quantidade de profissionais e as categorias profissionais com

atuação no CRAS dependem do porte do município, das necessidades das famílias e indivíduos, e do território.

No caso do SCFV onde foi realizada a pesquisa, a equipe é composta de um coordenador, uma assistente social como técnica de referência, três educadores sociais; dois facilitadores de oficinas; uma de serviços gerais e duas cozinheiras.

Quando chegam ao SCFV as situações de vulnerabilidade e risco em que as crianças e adolescentes passam devem ser observadas não para estigmatizá-las, mas para promover a sua melhor acolhida. Durante as atividades, devem ser proporcionada acolhida e partilha de experiências, ideias, dúvidas e saberes, de modo a estimular a interação entre as crianças e adolescentes e o orientador social.

Dentre as aquisições e conquistas, almeja-se que as crianças e adolescentes, durante e após participação no SCFV, conheçam e acessem os direitos das crianças e adolescentes, sócios assistenciais e humanos; se desenvolvam integralmente; valorizem a diversidade de opiniões e a resolução negociada de conflitos; tenham garantidas e acessem práticas lúdicas, esportivas, cognitivas, de lazer e cultura; se expressem por meio de brincadeiras e atividades lúdicas, ressignificando e simbolizando as experiências vividas; convivam em um ambiente saudável, de respeito e valorização das diversidades étnicas, raciais, religiosas e sexuais; sintam-se acolhidos e integrados; expandam seus universos artísticos e culturais, assim como suas habilidades, talentos e aptidões; tenham maiores conhecimentos e capacidade de análise críticas da realidade; e sejam protegidos socialmente por suas famílias e comunidades, bem como acessem serviços, programas e equipamentos públicos.

Assim como na Tipificação (2014, p.24) espera-se que o SCFV contribua para a redução das ocorrências de situações de vulnerabilidade social; prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência; aumento no número de jovens que conheçam as instâncias de denúncia e recursos em casos de violação de seus direitos; reduzir, junto a outras políticas públicas, índices de: violência entre os jovens, uso/abuso de drogas, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce; redução e prevenção de situações de isolamento social e de institucionalização.

Com base no Cadastro Único da cidade onde a investigação foi realizada, a região onde o SCFV está localizado possui 1.155 crianças e adolescentes de seis a quinze anos de idade. De acordo com o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, o território referenciado está apontado com alto nível de vulnerabilidade social. Esse alto número de crianças e adolescentes é explicado pela quantidade de bairros que constitui o território de abrangência do SCFV.

De acordo com as orientações esse SCFV deveria atender 150 crianças e adolescentes, o que equivale a 13% da população com idade para frequentar o serviço. Ainda assim, o SCFV atende, em média, 70 crianças e adolescentes distribuídos entre os períodos da manhã e da tarde.

A estrutura do prédio onde o SCFV está instalado é próprio da prefeitura, mas não está de acordo com o que as orientações exigem. Não há auxiliar administrativo, faltam facilitadores de oficinas, educadores sociais e cozinheira. A falta de recursos humanos é explicada pela administração devido a impossibilidade de novas chamadas do concurso público, havia um contrato firmado com uma ONG, porém este contrato está vencido. A alternativa encontrada para a contratação de alguns facilitadores de oficina foi através de abertura de MEI (micro empreendedor individual), contudo, nesse tipo de contrato não há garantias de tempo de serviço.

Outro problema enfrentado pelo SCFV está relacionado às famílias das crianças e adolescentes. Muitas delas buscam o SCFV espontaneamente, mas após algum tempo de inserção da criança e acompanhamento da família pelo CRAS, tanto a criança quanto a família cortam relações com o serviço. Em alguns casos essa ruptura ocorre por mudança de endereço, por algum conflito não resolvido ou por vontade do responsável pelo lar. O grande problema é que geralmente o serviço não é comunicado dessa ruptura e a vaga da criança ou do adolescente fica bloqueada. Apenas depois de algum tempo de ausência é que é investigado e em caso de não retorno, a vaga fica disponível para o próximo da lista de espera (que tem aproximadamente 100 nomes).

Todos esses problemas observados fazem com que esse serviço seja menos eficiente, não atingindo os objetivos que se propõem e não atendendo o número de crianças e adolescentes esperados.

3.2. Procedimentos metodológicos

Para que a pesquisa fosse realizada, fez-se necessário a aceitação de diversos órgãos e pessoas, o primeiro deles foi com o chefe de núcleo do SCFV, que nos deu a permissão para a investigação. Em seguida, entramos em contato com a então secretária da Secretaria Municipal de Assistência Social, que por meio de ofício concordou com a proposta da pesquisa. Posterior a esses aceites, enviamos o projeto ao Comitê de Ética que por meio do parecer nº 61767216.4.0000.5504 permitiu que iniciássemos a investigação empírica.

Após uma conversa com os educadores sociais, que nos sugeriram alguns nomes, foram escolhidos nove participantes com idades diferentes, entre sete e quinze anos. Apesar do atendimento do SCFV começar aos seis anos de idade, optamos por deixar de fora essa faixa etária, uma vez que ainda são muito pequenos e exigiria uma abordagem diferente.

Depois da escolha dos sujeitos participantes, utilizamos como instrumento de coleta de dados a análise documental dos prontuários – que foram elaborados pela assistente social – com a intenção de conhecer um pouco da trajetória de vida de cada um.

Em seguida, conversamos com as crianças e adolescentes e seus responsáveis e apresentamos o projeto de pesquisa, explicando passo a passo como esta seria realizada e após as assinaturas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e do Termo de Assentimento iniciamos nossa coleta de dados.

Esta pesquisa caracterizou-se como qualitativa que, segundo MINAYO (2008), permite uma mediação entre o marco teórico-metodológico e a realidade empírica. Segundo a autora a pesquisa qualitativa trabalha com pessoas e com suas criações, e esses sujeitos de pesquisa devem ser compreendidos como atores sociais, respeitados em suas opiniões, crenças e valores. Para Minayo (2008, p. 204), todo trabalho de coleta de dados deve levar em conta “[...] a fala dos sujeitos de pesquisa é reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos [...]”, por isso se mostra tão rica e reveladora.

Para Denzi *et al.* (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma variedade de materiais empíricos – estudo de casos; experiência pessoal; introspecção; história de vida; entrevista; artefatos; textos e produções culturais; textos

observacionais/registros de campo; históricos interativos e visuais – que descrevem momentos significativos, rotineiros e problemáticos na vida dos indivíduos.

Para entendermos melhor esses momentos significativos na vida dos sujeitos escolhidos, optamos por trabalhar com a perspectiva das narrativas. No campo da pesquisa em Educação as narrativas têm sido usadas como procedimento metodológico, sendo importante, neste tipo de investigação, saber ouvir a história do investigado, mas também lembrar que quando incentivamos o sujeito (de forma não diretiva) a reconstruir suas histórias, também interferimos nesse processo, especialmente na reinterpretação de significados.

Clandinin e Connelly (2000, p.20) definem pesquisa narrativa como “uma forma de entender a experiência” por meio da colaboração entre pesquisador e pesquisado.

Segundo Paiva (2008) as narrativas circulam em textos orais, escritos e visuais. Elas abarcam uma história; algo contado ou recontado; um relato de um evento real ou fictício; de uma série de eventos conectados em sequência de acontecimentos; uma sequência de eventos passados; uma série de eventos lógicos e cronológicos, etc. Isto significa que as narrativas dos sujeitos são constituídas de suas representações da realidade, logo, estão carregadas de significados e reinterpretações.

Bruner (2002) afirma que

(...) uma narrativa é composta por uma sequência singular de eventos, estados mentais, ocorrências envolvendo seres humanos como personagens ou autores” e que também “ela pode ser “real” ou “imaginária” sem perder seu poder como história (BRUNER, 2002, p.47),

Para Riessman (1993),

(...) os pesquisadores não têm acesso direto á experiência do outro. Nós lidamos com representações ambíguas dessa experiência – fala, texto, interação, e interpretação. Não é possível ser neutro e objetivo (RIESSMAN, 1993, p. 8).

Desta forma, a investigação que se utiliza das narrativas pressupõe um processo coletivo de mútua explicação em que a experiência do pesquisador se interliga com a do participante da pesquisa.

Segundo Larrosa (1987),

o sentido do que somos depende das histórias que contamos e das que contamos a nós mesmos [...], em particular das construções narrativas nas quais cada um de nós é, ao mesmo tempo, o autor, o narrador e o personagem principal (LARROSA, 1987, p.52).

Para Cunha (1997), o sujeito pode destacar situações, suprimir episódios, reforçar influências, negar etapas, lembrar e esquecer, tem muitos significados e estas aparentes contradições podem ser exploradas. Ainda de acordo com a autora (1997) entendemos que quando uma pessoa relata os fatos vividos por ela mesma, esta ação pode reconstruir a trajetória percorrida, dando-lhe novos significados.

Para Sousa e Cabral (2015), o caráter flexível da memória é criada na relação com o outro,

(...) permite aos sujeitos refazerem suas histórias, nas suas lembranças, resistindo àquilo que os incomoda, acrescentando fatos oriundos do seu desejo de que tivesse sido diferente, como novas possibilidades para suas vivências (SOUSA e CABRAL, 2015, p. 150).

Cabe pensar que as narrativas tornaram-se um ótimo exercício de construção do conhecimento sobre o tema aqui arrolado. Seu uso nos proporcionou uma rica fonte de dados das crianças e adolescentes participantes que são sujeitos de direitos e seres ativos capazes de narrar suas próprias histórias e também de refletir sobre elas.

Ao usar as narrativas pudemos reconstruir a *performance* desses participantes, entender um pouco das suas trajetórias de vida, seus locais de convivência, suas inserções culturais no tempo e no espaço. Dessa forma, as situações que foram narradas para esta investigação, por certo também foram revividas e reelaboradas no processo de rememoração.

Ainda com a intenção de auxiliar essas construções e reconstruções das narrativas dos sujeitos participantes, utilizamos como instrumento de coleta a apresentação de imagens relacionadas à situação de risco, violências e vulnerabilidade, com a denominação de “Quadros”, com perspectiva de incentivar a memória dos participantes da pesquisa. Recolhemos os dados a partir das figuras e de um roteiro semiestruturado.

Cada participante selecionado foi ouvido e incitado a falar sobre as imagens apresentadas em um encontro agendado e individual. Apesar da

pesquisadora já ter prévio conhecimento da história dos selecionados, tais cenas e situações se caracterizaram como instrumento de mediação em cada encontro e criou possibilidades para que as crianças e os adolescentes fossem estimulados a pensar a respeito do tema e narrassem suas lembranças ou algo que gostariam de pontuar, com certa confiabilidade.

Esses quadros são compostos por 27 imagens⁴ e entre essas, encontram-se dois quadros denominados de “coringas”, sendo um totalmente branco e outro preto. Esses “coringas” permitem criar espaços para que experiências vividas pelas crianças e adolescentes e que não foram retratadas nas cenas possam emergir na conversa. Todos os desenhos estão numerados entre 01 e 27 para permitir uma melhor organização interna do próprio trabalho e também para dispor a possibilidade de uma análise da recorrência de cada quadro no total de aplicações.

A perspectiva de utilizar o instrumento de coleta de dados “Quadros” era de se aproximar, principalmente, das crianças menores, possibilitando um diálogo sem receios a partir das figuras, isto é, o foco era criar uma relação menos invasiva entre pesquisadora e pesquisados e que a conversa entre eles resultasse em um ambiente de confiança. Dessa forma, as imagens atuam na aproximação entre os sujeitos, estimulando a fala entre a criança ou adolescente e o pesquisador, assim, os desenhos funcionam como estímulos para que o pesquisador possa relacioná-los com passagens de sua própria história.

Para a criação destes “Quadros” houve participação de profissionais de diversas áreas que atendeu a três premissas durante sua composição: equilíbrio de gênero; equilíbrio entre formações no campo da psicologia e ciências sociais, ou seja, diversidade de perspectivas sobre as possíveis análises; experiência prévia com adolescente em situação de risco.

A composição dos desenhos e de suas imagens permite que os participantes disparem múltiplas possibilidades interpretativas que não se encerram em si, mas permitem uma concepção prévia ou um apontamento específico claramente pré-determinado.

Um exemplo: ao observar o Quadro 1, que se refere à polícia, o sujeito participante da pesquisa pode fazer referência a questões como repressão,

⁴ As imagens se encontram no anexo 3.

violência, desrespeito, ou então pode explorar outros sentidos como admiração ou o desejo que muitos jovens sentem pelo poder e autoridade que a polícia simboliza pode ser acionado. Dessa forma, as imagens presentes no “Quadros” procura abarcar as polaridades do concreto e do simbólico, ou seja, os desenhos que remetem a questões materiais e concretas (arma, polícia, escola) são também simbólicos ao permitir uma variedade de leituras ao seu redor.

Os encontros com os participantes, das quais surgiram às narrativas, ocorreram dentro do SCFV, em um recinto privado, para permitir uma conversa sem observação externa e interrupções. O tempo das aplicações variou entre quinze minutos e uma hora. O conteúdo dos diálogos foi gravado e posteriormente transcrito integralmente⁵.

Esses momentos se constituíram em espaços de estímulo e escuta de crianças e adolescentes, e propiciaram o desencadeamento de pensamentos e lembranças de acontecimentos. Após a conversa com cada participante, a pesquisadora se colocou a disposição para uma segunda conversa – caso alguém quisesse –, mas não houve interesse de nenhum dos participantes.

Observamos que algumas crianças, especialmente as menores, ficaram curiosas com relação às imagens dos Quadros, mas nem sempre se concentravam nelas. No momento em que eram apresentadas, algumas das crianças pequenas se distraíam contando outras histórias ou manifestavam interesse por outros objetos da sala. Já com os adolescentes, esta situação foi diferente, alguns narraram pouco com certa inibição, enquanto outros descreveram uma realidade cercada de medos, violências e drogas.

Percebemos também certo receio por parte das crianças e adolescentes quanto à possível divulgação do conteúdo das conversas, em todos os encontros foi esclarecido que ninguém da equipe do SCFV teria acesso ao que foi dito. Acreditamos que esse motivo possa ter sido uma das causas de pouca participação de alguns adolescentes.

3.3. Os sujeitos participantes

⁵ O roteiro das narrativas estão no Anexo 2.

Neste tópico procuramos evidenciar um pouco da trajetória de vida dos participantes da pesquisa, conforme já foi dito, pelos prontuários elaborados pela assistente social do SCFV. De acordo com a profissional, as crianças e os adolescentes estavam no SCFV devido a negligência e violências. Para proteger suas identidades, adotamos as letras do alfabeto.

Como já informamos anteriormente, houve participação de nove crianças e adolescentes, sendo sete meninos e duas meninas. Esse número representa a diferença entre gêneros de quem frequentava o SCFV. O contato com os prontuários elaborados pela assistente social foi verificado alguns meses após os encontros com os participantes, sendo assim, alguns deles não estavam mais frequentando o SCFV. O que, como vamos averiguar, não significa que as situações de violência e vulnerabilidade tinham sido superadas.

O prontuário da criança **A** não foi encontrado. Ele começou a frequentar o SCFV no início de 2017 e no final do primeiro semestre não compareceu mais. Durante a visualização dos “Quadros”, a criança **A**, de sete anos de idade estava ansioso para escolher as imagens. Ele estava na sala de brinquedos do SCFV quando eu cheguei. Após alguns minutos, chamei-o e sem demoras logo largou tudo e foi comigo até a sala. Depositei as imagens no chão e em menos de um minuto ele já havia escolhido as quais mais lhe chamara a atenção. Nossa conversa durou algo em torno de 40 minutos e falamos um pouco de cada coisa. Fica sem videogame quando está de castigo, é “preguiçoso na sala de aula”, presenciou uma tentativa de assalto quando menor e já tem a preocupação de ganhar dinheiro para pagar aluguel e outras contas. A criança **A** mora com o pai e a madrasta, tem algum contato com a mãe, está no 1º ano do ensino fundamental e chegou ao SCFV por meio da demanda espontânea por não ter com quem ficar no período oposto da escola.

A criança **B**, era cuidada pela avó e agora está morando com a mãe que, de acordo com a assistente social, não tem condições de criar. O menino foi levado pela mãe após uma discussão com a avó, que está tentando tê-lo de volta. Para evitar contato com a avó, a mãe não permite que o menino frequente o SCFV. Ele, de oito anos é um menino pequenino e muito esperto. Passou a frequentar o SCFV depois de busca ativa. Na nossa conversa começou falando sobre uma brincadeira em um cemitério, ia à igreja com a avó e ficou curioso com o Quadro “curinga”. Mora com a avó, os dois irmãos, o primo e uma prima.

Gosta de ler, de jogar pingue-pongue e tem vários amigos. Já testemunhou uma agressão da prima contra a avó. Nosso encontro teve cerca de 30 minutos de duração.

A criança **C**, de nove anos é daqueles meninos que logo quando se olha percebe que já passou por muita coisa, apesar da pouca idade e o prontuário o comprova. É uma história triste em que a criança não viveu com a mãe biológica e também não tem a presença do pai garantida. De acordo com a assistente social, vive em situação de abandono. Chegou ao SCFV após busca ativa. Vive com o pai e tem três irmãos que moram com a mãe. Já trabalhou, viu tráfico de drogas, foi ameaçado por um menino mais velho. Em casos em que o pai bebeu demais precisou dormir na casa de amigos. É daqueles meninos que aprendeu a se virar com o que tem. Foi um dos que mais conversou durante o encontro, chegando a quase uma hora de duração.

A criança **D**, tem 10 anos de idade e chegou ao SCFV por demanda espontânea. Não é um caso socioeconômico e segundo o prontuário não tem questões relacionadas à violência ou negligência. A avó procurou o Serviço por não ter com quem deixar o menino enquanto ela e mãe trabalham. Esse menino também ficou curioso com o Quadro “curinga”, começou contando sobre o que pareceu ser uma tentativa de assalto que vivenciou com seu irmão. Durante uma noite viu a cunhada ameaçar o irmão com uma faca. Segundo suas contas a polícia já foi até sua casa sete vezes. Conta que pediu para sua mãe colocar ele no SCFV porque não tinha nada para fazer e porque não tinha o que comer. É um menino travesso e diz o que acontece quando alguém da escola liga para a mãe. Moram com ele: a mãe, a irmã, o irmão, três sobrinhas e o cunhado. Conversamos por cerca de 45 minutos.

A criança **E**, tem 11 anos. De acordo com a assistente social, não é um caso de vulnerabilidade financeira. É vítima de negligência e não tem o seu direito de ir à escola respeitado pela mãe. Esta trabalha em um hospital a noite, e frequentemente faz a menina faltar da escola para fazer serviços domésticos, buscar a cesta que CRAS concede etc.. Quando crescer quer ser policial ou advogada, ou então veterinária. Sente falta dos amigos que deixou em São Pulo. Conta das festas que ia com a sua mãe quando moravam na capital. Gosta de ser tia e cuidar da sobrinha. Acha difícil ter amizades. Mora com a mãe, o

padrasto, o irmão e a irmã, mas dorme quase todos os dias na casa da avó. Nossa conversa foi rápida, em torno de 25 minutos.

A adolescente **F**, de 12 anos, é um caso encaminhado pelo Conselho Tutelar e acompanhada pelo CREAS, por ter sido abrigada, vivendo em uma instituição durante cinco anos. Após esse período ela voltou a morar com a família. Um dos motivos de ter sido abrigada foi a negligência por parte da mãe, que deixava a menina na rua. Passava momentos morando com a avó, outros com a mãe ou com outras pessoas. Não frequenta mais o projeto porque a mãe foi beneficiada com um apartamento popular e de acordo com ela, o SCFV ficaria distante. Durante a nossa conversa, a adolescente **F** fica curiosa sobre o porquê dos Quadros e o “curinga” é o primeiro que lhe chama a atenção. É uma menina-mulher, têm suas responsabilidades com seus seis irmãos. Escolhe com precisão suas imagens. Conta da falta de dinheiro, da preocupação que tem com a irmã mais nova, com a casa. Tem medo de palhaço. Está no sétimo ano do ensino fundamental e gosta de história. Morou nas Aldeias Infantis por cinco anos. Entrou no SCFV por meio de encaminhamento do CREAS. Conversamos por 30 minutos, aproximadamente.

O adolescente **G**, tem 13 anos. Ele é o irmão mais velho de quatro irmãos. Tem um histórico muito grande de violência. Quando pequeno presenciou uma briga entre sua mãe e seu pai, que resultou em um crime de legítima defesa. O adolescente possui uma perna sete centímetros mais curta que a outra, que segundo médicos pode desencadear problemas na coluna. O CRAS conseguiu consulta e exame na cidade de Campinas e a mãe não o levou, também foi disponibilizado a ele uma palmilha ortopédica que amenizaria este problema, porém foi dispensada. A família não passa por vulnerabilidade financeira. Na nossa conversa escolheu inicialmente apenas duas imagens. Sente falta dos tempos que convivia com a falecida avó. Sonha em ser jogador de futebol, mesmo tendo sete centímetros de diferença entre uma perna e outra, se não der certo, quer ser caminhoneiro. Gosta de matemática e detesta português. Tem vários amigos que usam drogas, mas “não vai na deles”. Chegou ao SCFV por meio de busca ativa. É assistido pelo CREAS devido a um caso de homicídio na família.

O adolescente **H**, de 14 anos. Tem problemas de violência na família. Desde os cinco anos de idade tem um padrasto com o qual não se dá bem,

resultando inclusive em brigas. O adolescente logo escolhe a imagem que traz estampado uma cena onde existe um grupo de jovens. Diferencia amigos de colegas. Tenta continuar a conversa, mas suas respostas são monossilábicas. Compara ficar em casa com uma prisão. Quer começar a trabalhar logo para ajudar nas contas. Quer ser jogador de futebol, mas não tem certeza. Gosta de educação física e história. Mora com os pais e a irmã mais nova. Veio ao SCFV por meio de busca ativa. Nossa conversa foi a mais curta, cerca de 15 minutos.

O adolescente I, de 15 anos, chegou ao SCFV no início de 2017. De acordo com assistente social totalmente negligenciado pela mãe, que foi embora e o largou sozinho. Morando um pouco na casa de um e na casa de outro conhecido acabou sendo abrigado. Tem uma irmã um pouco mais velha, mas ela não responde aos contatos do CRAS, do Conselho Tutelar e nem do CREAS. A renda desta família era unicamente a assistência do Programa Federal Bolsa Família. Durante a aplicação, fica preocupado se a nossa conversa “fica por aqui”, digo que ninguém do SCFV saberá o que conversamos. Escolhe uma cena de briga e logo se retrata dizendo que não bateu nele. Acha importante ter fé em Deus. Via seu falecido pai agredindo com frequência sua mãe. Conta que a polícia já o parou “só três vezes só”, por causa do seu estilo, sua aparência. Tem um amigo que vende drogas e diz que nunca usou porque fez PROERD. Pensa em fazer engenharia elétrica e desenha muito bem. Está no sétimo ano do ensino fundamental. Conta que sofria bullying, mas superou. Começou a frequentar o SCFV por demanda espontânea. Nossa conversa foi longa, quase uma hora de duração.

Por fim, nesta seção, explanamos os procedimentos metodológicos que nos auxiliaram a responder as questões desta investigação e buscamos apresentar nosso universo de pesquisa, como o local e as crianças e adolescentes que foram protagonistas na fase de coleta de dados. A partir dessa coleta organizamos as categorias de análise que serão apresentadas a seguir.

SEÇÃO 4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Nesta seção procuramos analisar os dados recolhidos a luz da teoria e de acordo com os objetivos propostos, com intenção de comprovarmos ou não a hipótese que tivemos no início desta pesquisa. Partindo das questões desta investigação e dos objetivos explanados nas seções anteriores, buscamos compreender, por meio das narrativas de crianças e adolescentes e da leitura de seus prontuários escritos pela assistente social do SCFV, duas categorias de análise: *Vulnerabilidades e situações de violências: ausência de direitos assegurados*; e, *Percepções das violências: naturalização, medos e superações*.

4.1 Vulnerabilidades e situações de violências: ausência de direitos assegurados

Parte das inquietações desta investigação está relacionada à possibilidade de naturalização das violências por meio das trajetórias de vida das crianças e adolescentes participantes da pesquisa, visto que por estarem frequentando o SCFV, já pressupõe-se que sofreram alguma situação de violência, risco e/ou vulnerabilidade, uma vez que esses são um dos critérios de admissão ao projeto.

Ao contextualizarmos se os direitos das crianças e adolescentes com risco de vulnerabilidade e de situações de violências têm sido assegurados, infelizmente, encontramos vários relatos em que isso não tem sido uma realidade.

Das violências e vulnerabilidades que foram narradas pelos sujeitos a que mais se destacaram estavam relacionadas com a questão do uso de drogas ilícitas e álcool. Presente em quase todas as narrativas (exceto as das crianças **B** e **E**) a vulnerabilidade para com as drogas ilícitas foi muito presente.

Percebemos que quanto mais velhas as crianças ficam, mais narram esta questão. Elas têm contato com as drogas desde muito novas, seja dentro de casa ou na rua, por isso é uma coisa já naturalizada, em nenhuma das narrativas notamos estranhamento ou constrangimento ao falar sobre o assunto.

Nesta declaração, visto que ora a criança está morando com o pai, ora está morando com a mãe, não existe uma ideia clara de quem possui a guarda da criança e quem é realmente responsável por ela. Além disso, a criança **C** retrata uma vulnerabilidade para com as drogas, como ela mesma conta:

- Eu vi que você pegou essa daqui e soltou. Por quê?
 - É porque lá passava a viatura né, mas ninguém ia preso.
 - E você acha que tinha gente que estava lá que tinha que ser preso?
 - Sinal positivo com a cabeça
 - Por quê?
 - É porque enquanto os outros iam jogando bola, ia chegando um montão de gente, aí quando ficava lá, a polícia vinha e todo mundo saía correndo
 - E por que eles saíam correndo?
 - Não sei... A polícia passava lá, todo mundo se escondia. Depois que a polícia ia embora todo mundo voltava correndo.
 - Será que eles estavam com drogas?
 - Acho que sim. Um dia eu vi lá um moço bebendo, depois saiu de moto e deu a volta na rua, quando ele foi entrar de volta na quadra, do jeito que ele bateu a moto, chegou a amassar, destruiu a moto. Acho que ele estava drogado. É porque lá no campo de vôlei ficava muita gente lá... Usando drogas.
 - Então você já viu muitas pessoas usando drogas... já te ofereceram?
 - Não. Quando alguém for me oferecer eu falo “não, obrigado. Depois eu compro lá pra mim” falo isso e vou embora.
- (Criança **C** – 09 anos de idade)

Além dessa vulnerabilidade para com as drogas ilícitas, a criança **C** demonstrou vulnerabilidade em relação ao álcool, visto que em seus relatos conta que o pai faz uso, aparentemente, regular de bebidas alcoólicas. Quando isso acontece ele busca abrigo na casa de amigos, como é possível observar no trecho que segue:

- Então era você que cuidava do seu pai... Isso aconteceu varias vezes?
- Uhun
- Ele bebe bastante?
- Bebe
- E como ele fica quando bebe bastante?
- Ele chega lá, fica caindo, fica grudando na parede, daí ele senta e fica mexendo no celular. Depois começa a falar nome feio.
- Ele fica violento?
- Não. Quando ele fica violento eu saio de casa, vou pra casa dos meus amigos. Daí depois eu chego lá e pergunto se posso dormir na casa do meu amigo, ele deixa.
- Então você dorme fora quando ele chega bêbado?
- Uhum
- E como você se sente?
- Quando ele chega assim e depois vai dormir, aí eu chego e falo “pai, posso dormir na casa do meu amigo?” e ele “pode”. Ele até nem confiava em mim, eu falava “pai, posso ir na igreja com o meu amigo” aí ele falava “eu vou ver se você está indo na igreja mesmo”, chegava lá e quando eu saía ele até via eu saindo da igreja. Ele via eu saindo e depois ia beber mais.
- E como você se sente com tudo isso?

- Outro dia... outro dia eu fiquei, ele estava bebendo no bar, eu fiquei até meia noite acordado esperando ele voltar, ele foi voltar uma hora da manhã. Aí eu fui dormir na casa do meu amigo.
 - E você vai dormir na casa do seu amigo tão tarde?
 - Mas no final você se dá bem com o seu pai?
 - Uhun.
 - Você gostaria que ele parasse de beber?
 - Uhun. Ele já parou já.
- (Criança **C** – 09 anos de idade)

Em seu relato a criança **A** nos indicou que convivia com drogas em seu cotidiano. Diz que o pai usava “um cigarro”, não temos clareza de que se trata de cigarro comum, de tabaco ou de maconha. Também aponta, sem grandes compreensões sobre o assunto, que as pessoas que conhece devem parar de usar. Por isso, entendemos que ele possui uma vulnerabilidade em relação às drogas. Segue o excerto:

- Parece uma moeda, né? Você já viu alguém usando drogas?
 - Meu pai usava.
 - Teu pai usava?
 - Sim, ele usava cigarro. Aí eu falei para ele que era para ele parar, que eu não gosto de pessoas que usam cigarro.
 - E ele parou?
 - Aham. Parou. Eu fico falando para todo mundo isso, não sei por quê.
- (Criança **A** – 07 anos de idade)

Na fala do adolescente **G**, a vulnerabilidade para com as drogas também aparece. Ele ainda diz que amigos da mesma idade usam drogas com certa frequência e inclusive já levaram para a escola.

- Ela tem medo. Deu se envolver com os moleques lá.
- Que usam drogas?
- É.
- Você conhece muita gente que usa drogas?
- Uhum.
- Como é?
- Normal. Eu não vou nas ideias deles. Eles me chamam, eu falo que não. Aí eu não vou nas ideias deles. Deixo para lá. Mas eu não ando muito com eles.
- Eles são mais velhos?
- Mesma idade que eu.
- Ele usam onde?
- Pra fora da escola, lá na casa deles...
- E te oferecem?
- É.
- Como?
- Falei que não. Que não sou trouxe de ficar colocando essas coisas na boca.
- O que eles usam?
- Maconha. Bebem. Um monte de coisas.
- Como eles conseguem essa droga?
- Não sei. Acho que é com uns caras lá perto da casa deles.
- Eles compram ou ganham?

- Acho que eles ganham.
 - Eles usam muito?
 - Só de fim de semana, só.
 - Eles levam para escola?
 - Levam. Teve um dia que eles levaram e ficaram fumando dentro do banheiro, daí a diretora pegou. Agora eles não fumam mais lá dentro, só lá fora.
- (Adolescente **G** – 13 anos de idade)

Ao ver o quadro nº 11, que traz ilustrações de diversos tipos de drogas, a adolescente **E** narra que conversa com a sua mãe sobre esse assunto.

- E esse daqui (pega a imagem nº 11) é que pra que um dia eu não chegue a usar essas coisas nem minha família. Minha mãe já usou, mas ela se arrependeu.
 - E como você sabe?
 - Às vezes ela me conta... [fomos interrompidas]
 - Ela te contou o que? O que ela já usou?
 - É... Ela bebeu, fumou cigarro e eu não sei se ela já usou essas coisas (quadro nº 11), acho que sim. Sei que ela nunca pegou crack, cocaína e anfetamina, sei lá o que é isso, e cola. Por que cola?
 - Porque tem umas pessoas que se drogam com cola
 - Acho que ela só bebeu e eu não sei se ela já usou essas coisas, mas cigarro ela ainda fuma. Quando ela fuma cigarro perto de mim eu fico ruim com a fumaça.
- (Adolescente **F** – 12 anos de idade)

O adolescente **I** talvez por ser o participante mais velho desta investigação, foi o que mais percebeu violências sofridas. Assim como a maioria das crianças e adolescentes participantes, o adolescente **I** apresenta vulnerabilidade em relação às drogas e nos narra diversos momentos que elucidam isso:

- Ele estava vendendo droga? [referindo-se a um amigo do adolescente]
- Estava.
- Quantos anos ele tem?
- Hã? Hoje ele tem dezessete.
- Ele ainda está vendendo?
- Está. Ele virou sei lá como que chama biqueiro, acho que isso. Faz mó tempo que eu não vejo ele. Ele já foi para a Fundação Casa já. Ficou mó tempo. Não sei como ele saiu, acho que ele fugiu.
- O que você acha dele fazer isso?
- É... Estranho... Ficar vendendo droga.
- Ele já te ofereceu?
- Já.
- E você?
- Eu não, fiz PROERD.
- Você nem experimentou?
- Pra quê?
- E para vender? Ele já te chamou para vender?
- Já. Não, tipo. Ele não chegou a falar para eu vender, falou para eu entregar, disse que eu estava suave, ele falou que entendia tudo. Depois chamou outro menino.
- Da sua idade também? O outro menino?

- Não... Acho que era bem menor. Devia ter uns 7 anos, só para entregar só... Aviãozinho.
 - O menino entregou?
 - Entregou.
 - E aviãozinho ganha alguma coisa?
 - Ganha Ô, é o que mais ganha. Tipo... começa assim tipo de lugar em lugar, depois de bairro, depois de cidade, depois de estado, né? Depois de país, aí vai indo.
- (Adolescente I – 15 anos de idade)

- E sua mãe conversa sobre isso com você?
 - Conversa.
 - O que ela fala?
 - Ah, que ela mesma já usou. Que já tipo seguiu essas coisas de droga também falou que não 'para eu fazer isso. Que é para eu ir para a escola, que todas essas coisas, por causa que isso não é vida. Por causa que, tipo, minha família, a parte da minha família, minha tia, irmã da minha mãe é tudo tranqueira, tudo traficante tudo.
 - E depois que aconteceu o negócio do seu pai com a sua mãe, como foi na sua casa?
 - No tempo que ele ficou preso foi de boa. Porque quando ele começou a bater minha mãe chamou meu primo, que já era quase da... da idade que minha irmã tem hoje, quase 20. Daí ele foi lá e minha mãe pediu para matar ele, daí levaram ele para a cadeia e ele ficou lá. Aí depois que meu pai melhorou tudo, foi para igreja, aí meu pai estava vindo visitar eu, aí ele estava bêbado de novo, aí o caminhão pegou ele de moto, aí matou. Aí eu nem... Sabe... Eu só vi a cara dele uma vez só que foi na hora da briga.
 - Então ele morreu de acidente de trânsito?
 - É. Aí eu nem chorei. Fiquei suave.
- (Adolescente I – 15 anos de idade)

Vulnerável para com drogas e bebidas, este garoto presenciava sua mãe apanhar de seu pai desde pequenino e ao ver o quadro nº 23 essas lembranças foram despertadas. Compreendemos assim, que ele havia naturalizado as atitudes que via e que só depois de algum tempo houve certa tomada de consciência, uma quebra, por assim dizer.

- Aham... E esse daqui (aponta para imagem nº 23) é meu pai. Meu pai verdadeiro que já morreu batendo na minha mãe, tipo quando ele bebia.
- E você assistia ele batendo na sua mãe?
- É.
- Ele batia nela com frequência?
- Uhum.
- Por quê?
- Droga e bebida.
- Quando ele usava droga e bebida ele batia nela?
- É. Chegava em casa, minha mãe reclamava e ele batia nela. Foi preso e tudo.
- Quantos anos você tinha?
- Ah... nem cinco. Acho que eu tinha uns quatro.
- E você ainda lembra disso?
- É, porque é muito forte, né? Pra uma criança.
- Como você se sentia?

- Eu ficava tipo, pensava que era normal, né? Que nem eu e minha irmã brigava. Aí quando eu fiquei sabendo que era assim, aí eu fiquei bravo.

(Adolescente I – 15 anos de idade)

Lembramos aqui, que esses sujeitos só participavam do SCFV por se encontrarem em situação de vulnerabilidade, por conta da exposição às violências.

Vários estudos (BREINES et al 2000), alertam para a questão das vítimas de violência utilizarem o consumo excessivo de álcool e drogas, além do tabagismo e sexo inseguro, como forma de lidar com os problemas do cotidiano, aumentando ou invés de diminuir seus riscos de vulnerabilidades.

O consumo de drogas lícitas, especialmente o álcool, em alguns casos, inicia-se na própria família. Por ser socialmente aceito, o álcool é incorporado como elemento de sociabilidade em todas as camadas sociais. Encontram-se vários casos de alcoolismo de pais, irmãos ou parentes dos jovens, em geral.

Já a droga ilícita – os inalantes, a maconha, o crack, ou outros – começa a ser consumida geralmente fora do espaço da família, a partir de uma relação de amizade ou de pertencimento a um grupo. Um dos motivos do envolvimento com drogas são pelas amizades. Também podem se envolver com drogas porque a vida é difícil, querem se sentir mais leves, mais contentes, porque carecem de referência familiar.

O tráfico de drogas e o consumo de álcool associam-se à violência também no sentido de contribuírem para a maior incidência de violência doméstica e violência contra as crianças e adolescentes. Dados da UNESCO para o Brasil, alertam para o fato de que mais de 50% dos homicídios ocorrem entre sexta-feira e domingo, entre os jovens de 15 a 24 anos e desses, 21,2% das ocorrências ocorrem no domingo. (UNESCO, 2001 e WAISELFSZ, 2000)

Compreendemos que a banalização da violência significa assumir a forma de algo normal, natural, como se fosse parte inevitável da vida em sociedade. Essa ideia tem como consequência a redução das expectativas das pessoas em relação a si próprias e ao outro. Esse cenário de violências, em que essas crianças e adolescentes vivem, permite cada vez mais que elas estejam vulneráveis para questões como as drogas ilícitas, o álcool e o trabalho infantil, visto que são meios que são vistos, por vezes, como alternativas para vencer suas condições.

Outra situação de violência vivida pelos sujeitos, está relacionada com o entedem por real e virtual, como é o caso de um menino de apenas 7 anos de idade, a criança **A**, que nos relata algo que nos chama muita atenção:

- Porque eu gosto de jogar GTA e GTA faz eu lembrar de... da polícia prendendo os ladrões (imagem nº1).
 - Porque... a polícia do vídeo game tem um que tem... eles têm um carro que é igual da... da vida real, aí eles pega bandido e fica colocando... eles atira e depois coloca, depois eles mata e depois coloca no carro. Vai para delegacia.
 - Você acha que é isso que acontece na vida real?
 - Acho.
 - Você acha que tem que fazer isso com todos os bandidos?
 - Uhum.
 - O que é um bandido para você?
 - É aquela pessoa que rouba tudo.
- (Criança **A** – 07 anos de idade)

É preciso ter claro a pouca idade deste garoto, mas notamos que, neste excerto e devido a condição/ contexto de vida do menino, a presença do videogame com cenas violentas podem retratar a realidade que este menino observa. Ele já tem uma opinião do que é ser um bandido e narra que não só no jogo, mas também na vida real, os policiais atiram em bandidos e os colocam na viatura para depois os conduzirem à delegacia e que isso deveria ser feito com todos os bandidos.

Entendemos que este discurso sobre o que deve ser feito com os bandidos é fruto de uma construção social e este menino naturalizou esta visão e isso já não causa mais nenhum estranhamento. Outra possível análise é que este menino apenas concordou com a minha questão, sem procurar pensar um pouco mais sobre o assunto.

Segundo Alves e Carvalho (2011), baseados em autores como Uhlmann e Swanson, determinados jogos com conteúdo de violência podem levar o jovem a perceber-se agressivo, além de, com a frequência e tempo destinados aos jogos, eram considerados hostis.

Segundo Belloni (2004), os videogames acabam por naturalizar certas ações e situações de jogo exatamente pelas suas semelhanças com o mundo real. O jogo citado pela criança **A** recebeu a classificação – do Ministério da Justiça – de “não recomendado para menores de 18 anos”, como jogo que apresenta conteúdo sexual, drogas e violência. Mesmo assim, esse jogo já quebrou seis recordes de venda desde o seu lançamento, em 2013, segundo o

Guinness Book. Um dos motivos desse sucesso de vendas é em relação ao realismo que o jogo apresenta. O GTA trata de problemas sociais comuns a um grande centro, como criminalidade, corrupção do poder público, consumo de drogas e prostituição e nos questionamos se isso também não estaria sendo naturalizado, dado tamanho sucesso e aceitação das pessoas.

A grande questão é se as crianças e os adolescentes têm maturidade para discernir este mundo do jogo da vida real, uma vez que algumas situações retratadas no videogame podem coincidir com a realidade vivida por elas.

Continuando nossa conversa, este menino relatou ter sofrido o que pareceu ser uma tentativa de assalto, onde sua mãe ficou amarrada e ele precisou ligar para a polícia. Este fato o deixou com muito medo, principalmente, no caso de acontecer novamente e nos revela sua vulnerabilidade em relação ao meio em que vive, mesmo sabendo que todos nós (no geral) estamos suscetíveis a essa situação de risco. Segue o trecho em que a criança relata este ocorrido.

- Você já viu algum bandido?
- Não. Eu só vi o que ele fez na minha casa quando eu era bebê. Ele prendeu minha mãe com uma corrente.
- Sério?
- Por isso que eu vi.
- Como é que foi isso?
- Eu só sei que foi quando eu era bebê.
- Machucou sua mãe?
- Machucou.
- Como ela escapou? Você sabe da história?
- Sei. Aí como ela escapou?
- É.
- Aí ela falou para eu ligar para a polícia, eu perguntei, o telefone, aí ela foi falando. Eu falei “alô, polícia, tem um bandido aqui na minha casa que tá querendo matar eu e minha mãe”. Aí a polícia foi lá e aí... A polícia pegou e levou o ladrão para a delegacia.
- E depois ficou tudo bem?
- Uhum.
- Só estavam você e sua mãe na sua casa?
- É eu era bebê. Aí aconteceu isso na minha casa.
- Depois disso, vocês ficaram com muito medo de acontecer de novo?
- Uhum. (Criança **A** – 07 anos)

Como já foi dito, segundo Bruner (2002), as narrativas podem ser compostas por ocorrências que podem ser reais ou imaginárias sem perder o poder da história. No caso da criança **A**, vemos que existe um misto de realidade e fantasia, devido a sua pouca idade. Assim, esta ação pode não ter de fato

acontecido, ele pode ter visto em algum filme ou programa na televisão e de certa forma internalizou o ocorrido.

Outra situação de violência que apareceu foram às físicas, o que traz preocupações para a questão da proteção destes sujeitos. Ao ouvirmos à criança **B**, percebemos questões relacionadas às brigas e discussões na família na qual o menino convive, como ele narra nos trechos abaixo:

-Vocês se dão bem?
 -Só eu com o meu primo que não.
 -Por quê?
 -Porque ele fica toda hora mexendo, depois ele fala que eu não posso mexer nas coisas dele. Daí ele fala que não e começa a briga.
 -Vocês brigam de bater mesmo?
 -Uhun.
 -E o que acontece?
 -Eu me machuco.
 -E depois?
 -Daí meu primo apanha da minha vó, porque eu bato fraco e ele bate forte.
 -Aí sua vó bate nele? Mas você acha que bater adianta alguma coisa?
 Sinal com os ombros.
 (Criança **B** – 08 anos de idade)

-Mas então vocês não respeitam sua vó?
 -Não muito. Mas ele, o que mais não respeita é a minha prima.
 -Por quê?
 -Porque minha prima já tentou bater nela. Já puxou o cabelo dela...
 -Já bateu na sua vó? Você viu?
 -Uhun, só que eu fui dormir.
 -Quantos anos tem essa sua prima?
 -Dezoito.
 -E como sua vó ficou depois disso?
 -Poxa...
 -Por quê sua prima bateu nela?
 -Porque ela, minha vó queria saber para onde ela ia, daí ela não queria, ela não queria falar.
 -Daí ela começaram a discutir?
 -É.
 -Por quê mora todo mundo com a sua vó?
 -Não sei. Minha prima já vai sair de lá, porque ela vai namo... ela vai acho que, é... morar com o namorado dela.
 (Criança **B** – 08 anos de idade)

Chamou-nos a atenção em seu relato, a violência física cometida de uma neta à avó. Neste caso, ele conta o ocorrido sem nenhum espanto ou observação, algo que nos pareceu estar naturalizado. Outro fator seria os arranjos familiares, visto que o menino **B** não sabe por que mora com a avó ao invés de estar com a sua mãe.

Na conversa com a criança **D**, de 10 anos, observamos a presença constante da polícia em sua vida, além de uma briga entre familiar, gerando violência física e ameaça de morte.

- Que tipo de acidente já aconteceu com ele?
 - Já caiu de moto. A **namorada dele já tentou matar ele.**
 - A namorada dele tentou matar ele?
 - É. Com uma **faca.**
 - E você viu isso?
 - Eu vi. Eu escutei meu irmão gritando que... que ele... falando que ele assustou. Ele gritou “Ô mãe, vem aqui” daí minha mãe acordou e foi correndo lá daí eu acordei na hora que eu fui lá, ela... ela estava lá com uma faca na mão tentando matar meu irmão. Por causa que meu irmão não quer mais ela por causa que de tanto trabalho que aconteceu.
 - Que tipo de trabalho?
 - Tipo... Meu irmão estava lá (não dá para distinguir) quieto, daí ela falou para ele comprar um celular para ela. Daí ele não comprou. Daí ele não comprou e veio querendo atacar ele. Ficou brigando com ele e falou que queria matar, atacar ele. Daí depois ela voltou de noite, abriu o portão, entrou e foi de mansinho. Ninguém escutou ela. Daí, ela entrou lá dentro do quarto e abriu a porta, tinha pegado uma faca de casa e daí, ah, ela quase acertou a faca no meu irmão. Daí minha mãe pegou, entrou lá dentro e falou “vamos, sai logo daqui” e ficou mandando ela embora, daí ela, ela ligou para a polícia. Daí a polícia veio e falou o que estava acontecendo e daí meu irmão foi lá e falou tudo o que estava acontecendo.
 - E o que aconteceu depois?
 - Quê?
 - O que aconteceu depois?
 - Depois nós fomos à delegacia e explicou pro... pro moço lá, dono da delegacia. O que aconteceu. Daí ela foi presa.
 - Então seu irmão não namora mais ela?
 - Não.
 - Foi a única vez que a polícia foi na sua casa? Ou foi outras vezes?
 - Foi já 7 vezes.
 - Por que 7 vezes?
 - Uma por causa que um vizinho meu estava... Vendendo cigarro é... não cigarro assim, aqueles cigarros lá que eles fazem...
 - Maconha?
 - É. Daí a polícia veio uma vez, veio por causa que uma vez tentaram roubar, a terceira vez na rua que minha mãe não sabia daí a quarta quando minha mãe perdeu o dinheiro... Quando pegaram o dinheiro da minha mãe escondido e depois... Só. O Resto eu esqueci.
- (Criança **D** – 10 anos de idade)

Quando essa criança **D** foi levada à diretoria da escola onde estuda, sofreu violência física em casa, por parte da mãe. O que pode ser considerado um tipo de correção ou castigo, marca a vida da criança, uma vez que ele nos dá detalhes dos instrumentos usados para essa correção.

- Você já foi para a diretoria?
- 20 vezes.
- E quando chama a sua mãe ela bate em você?
- Bate, mas não dessa vez porque eu sai correndo.
- Você fugiu?

-Outro dia ela foi tentar bater em mim, eu abri o portão e saí para fora e fui embaixo. Fui mais ou menos nesse caminho do projeto, mas eu fui para lá ó, aqui, passei por aqui, e passei reto para lá.
 -E depois quando você voltou?
 -Quando eu voltei? Minha mãe se escondeu, pegou eu e bateu em mim.
 -Do que ela bate em você.
 -De cinta, de chinelo e de varinha.
 -E dói?
 -Uhum.
 -Ela bate muito ou só um pouco?
 -Muito. De varinha ela bate três vezes, mas ela bate forte de chinelo ela bate dois e de cinta ela bate sete vezes e doí muito também com ferro.
 -Com ferro?
 -Uhum.
 -Que ferro?
 -O ferro da cinta. Pensou se espeta aquele negócio na costa?
 (Criança **D** – 10 anos de idade)

O adolescente **G**, de 13 anos de idade, teve uma história violenta quando pequeno, pois presenciou uma briga entre a mãe e o pai, que culminou em um crime de legítima defesa, uma violência física que resultou em morte, sua mãe matou seu pai. Esse mesmo adolescente, relata se envolver em violências orais e físicas com seus vizinhos:

- Agora parou a encrenca com os vizinhos.
 - O que aconteceu? Por que encrencava?
 - Ah o filho de uma vizinha (usuário, que também está inserido no projeto) **ficava xingando** eu, eu **partia para cima**.
 - Quando eu jogava bola, eu jogava jogo de corpo e ele ficava bravo.
 (Adolescente **G** – 13 anos – grifos nossos)

Outra questão com relação à violência está na falta de proteção contra roubos, por vezes, os sujeitos relataram que foram furtados ou seus familiares:

-E roubaram um tênis do meu irmão.
 -Roubaram o tênis do seu irmão?
 -É. E uma vez a moto também.
 -A moto?
 -Daí depois a polícia achou a moto e estava tudo detonada. E agora ele anda com ela depenada.
 (Criança **D** – 10 anos de idade)

Segundo Garbarino et al. (1986), comportamentos como rejeitar; isolar; aterrorizar; ignorar; e corromper são atitudes parentais tóxicas que eclodem em violências domésticas. Com frequência, nas narrativas dos participantes, vemos que é no próprio lar que essas crianças e adolescentes encontram todo tipo de violência como elemento desencadeador do que poderia ser denominada cadeia de violência ou reprodução de violências.

Uma situação que pode ser tornar continua e é extremamente perigosa são pais e mães violentos que têm os filhos como suas vítimas que, por sua vez, se tornariam violentos, fazendo outras vítimas. O alerta para o terrível e ameaçador efeito da violência doméstica na constituição do que se denomina cadeia de violência ou de sujeitos violentos não necessariamente se restringiria a culpar os pais ou as mães, mas procura chamar a atenção para contextos de violência.

Ainda em relação às famílias nos pareceu que algumas narrativas foram deixadas pistas sobre problemas relacionados à liberdade e a vontade de fugir da situação em que vivem, preferindo ficar na rua, no SCFV, na escola, com os amigos do que em casa. Essa tentativa de fuga da situação aparece com mais frequência nas falas das crianças mais velhas, talvez por perceberem melhor a situação em que vive, embora nem sempre essa fuga seja consciente.

Outro problema que foi evidenciado pelos sujeitos, esteve relacionado com a discriminação como um tipo de violência. Isso ocorreu principalmente entre os adolescentes mais velhos como vemos com o excerto do adolescente **G**:

- E sobre a sua perna, como tá? (Ele tem uma perna 7cm menor que a outra).
 - Bem ninguém mexe mais comigo.
 - Já mexeram? Como era?
 - Era chato. Ficavam me zoando só e eu ficava chateado.
 - O que eles falavam?
 - Ficavam chamando eu de tortinho.
 - Você contou isso para alguém?
 - Minha mãe foi na escola. Ela conversou com os moleques e eles pararam de mexer.
 - Não aconteceu mais isso?
 - Não, tá de boa.
- (Adolescente **G** – 13 anos de idade)

Encontramos uma narrativa do adolescente **I** em uma passagem da qual ele tem a consciência de que os policiais o discriminam devido a sua aparência. Eis o trecho:

- Você acha que a polícia distingue? Assim ela faz diferença?
- Sim porque na abordagem mesmo ela fala. Ela fala assim (não consegui entender) quando enquadrou eu, eu falei “não tenho nada” ele falou “não, eu sei. É por causa da sua aparência mesmo”. Aí eu falei “Ah, tá bom” aí eles falou assim “quando alguém, alguma polícia enquadrar você é por causa da sua aparência” aí eu falei “tá bom”. Por isso que eu nem estava nem aí, falei isso pra ele, mas tem uns polícia que é chato.

- O que os policiais que são chatos fazem?
 - Ah... Xinga... Tipo se você não abrir a perna direito para ele te revistar, eles te chutam.
- (Adolescente I – 15 anos de idade)

Este adolescente nos relatou que por causa da sua raça (por ser negro) foi parado pela polícia três vezes. A figura nº 01, para ele traz a lembrança de um episódio de discriminação, além de um caso de violência e talvez até crime cometido pela polícia.

- Por causa que... dá para ver na minha cara o estilo é... a aparência. Aí às vezes quando eu estou andando pela rua de noite aí tipo as polícia para, revista tudo e depois deixa ir embora.
 - Esse negócio da polícia parar acontece com frequência?
 - Não. Aconteceu só três vezes só comigo só. Dela para eu. Uma vez no shopping, por causa você sabe que tem muito envolvimento de droga, né? Aqui na frente de casa, por causa que estava bem de noite mesmo, estava procurando a minha mãe e outra na frente da casa do meu amigo. Eu e ele por causa que meu amigo estava com droga e eu falei “nossa” meu amigo falou “ele nem tá sabendo”, mas tipo, ficha não tenho nada.
 - Como você se sente quando a polícia para você?
 - Não, tipo... Pensando assim... Quem estava com... eles acham que eu estou envolvido com droga e eu não estou e fico meio que com vergonha. Com medo também, por causa que polícia adora, nos dias de hoje, bate na gente. Não tem essa de falar, falar.
 - Você já apanhou da polícia?
 - Não.
 - Você já viu alguém apanhar?
 - Já. Um amigo meu chegou a morrer já. Pela polícia.
- (Adolescente I – 15 anos de idade)

Nos fragmentos expostos da conversa com o adolescente I, percebemos trechos que apontam para o abuso de autoridade por parte de membros do aparato policial. Nos casos em que os adolescentes são vítimas de maus-tratos dos policiais, deixa-se de percebê-los como agentes da sua segurança. A polícia, por vezes, não aparece como protetora, senão como um elemento que faz parte do jogo da violência, humilhando e mesmo matando. A narrativa do adolescente I ilustra bem o abuso de poder, por parte de alguns policiais, e o exercício de violência dos que deviam zelar pela ordem.

O adolescente I também narra que sofreu bullying na escola, há alguns anos atrás, por estar acima do peso e que isso foi um dos motivos que o levou há repetir alguns anos. O fato de sofrer bullying também o deixou nervoso e para se defender adotou um comportamento agressivo, inclusive o colocando em casos de violência física na escola. Para contornar a situação, o adolescente passou a preferir a amizade de meninas, que segundo ele, nunca “zoaram”.

- Que ano você está?
 - No sétimo. Repeti um monte já. Uma por causa que quando eu era pequeno eu sofri bullying, por causa que eu era gordinho. Aí no sétimo porque eu tipo... eu cresci com raiva, bem raiva por causa do bullying. Aí o menino começou a zoar porque eu estava começando a ficar magro, aí eu bati nele e ele tinha problema, mas não muito problema, só que ele não tem muito raciocínio das coisas que ele está fazendo. Aí a mãe dele falou que ia dar um processo e expulsaram eu.
 - De onde?
 - Do Michel (escola).
 - E como foi sofrer bullying?
 - Foi ruim. Eu fiquei faltando direto. Tipo eu não queria sofrer, então eu ficava faltando. Fiquei um mês sofrendo bullying.
 - O que eles diziam pra você?
 - Ah... Falavam que eu era gordo, depois batiam em mim e eu deixava. Aí quando eu fui pro sétimo, eu parei de deixar fazer isso. Aí comecei a ficar agressivo. Depois que eu fiquei faltando eu fiquei muito tempo em casa, aí fiquei mais quieto.
 - Você achava que ficar em casa era melhor que ir para a escola e sofrer bullying?
 - É.
 - Chegou a contar para alguém?
 - Aham.
 - Pra quem você contou?
 - Só que a diretora não gostava de mim. Minha mãe processou ela já.
 - Por causa que a professora xingava eu também. A diretora, quer dizer.
 - E eles acreditavam que você sofria bullying?
 - Não.
 - Achavam que era mentira?
 - Uhum. Por causa que a diretora era brigada com a minha mãe, aí ela não gostava de mim.
 - E você superou isso faltando e no ano seguinte ficando agressivo?
 - É.
 - Quando você ficou agressivo o bullying parou?
 - É. Aí parou e eu fiquei dentro de casa de novo, aí eu fiquei mais calmo.
 - E você ficou agressivo como?
 - Tipo... Eles me zoavam e eu... Já subia a raiva já. Eu já batia e eu não sabia a hora de parar. Teve um dia que eu cheguei a quebrar o braço do menino por causa que quando eu brigo eu fico com raiva e eu não consigo parar. Aí tipo, chamaram a Ronda Escolar, essas coisas... Aí falaram que era melhor eu ficar em casa e ficar um tempo do que ir para a delegacia e ficar com ficha por...por agressão.
 - E você acabou ficando em casa e perdendo mais um ano?
 - É. Tipo, as amizades que eu tenho é só de menina mesmo, por causa que os meninos me zoavam tudo. As meninas nunca me zoaram.
- (Adolescente I – 15 anos de idade)

Nas narrativas destes adolescentes vimos que eles percebem, principalmente, casos de discriminação como uma violência. Segundo Debarbieux (2007), o aumento da desigualdade e da exclusão social gera um aumento da violência na escola e fora dela. Ao estigmatizar os pobres ou de naturalizar manifestações violentas, não desconstruímos as questões reais das

violências que estão na construção social, de um mundo global, cada vez mais interdependente.

Outro direito não assegurado, também, foi relatado pela criança **C**, de nove anos: **situações de trabalho infantil**. O participante conta sua história de forma naturalizada, e declara que prefere ir trabalhar junto com seu pai do que ficar sozinho:

- Então enquanto seu pai trabalhava você ficava sozinho?
 - É.
 - E o que você achava de ficar sozinho?
 - Que eu preferia trabalhar junto com ele
 - Do que seu pai está trabalhando?
 - De pedreiro
 - E você queria ajudar ele?
 - É. Eu ajudo ele às vezes, a carregar tijolo, madeira...
 - Mas não é muito pesado para você?
 - Eu assim... Já até subi em cima do telhado da minha mãe já. Ajudei a mexer na antena, nos fio...
 - Mas você não acha que é muito novo para trabalhar?
 - É, mas aí eu parei de ajudar ele porque eu não estou mais morando lá. Aí agora na casa da minha mãe, como ela tá doente, ela só me manda eu ir na padaria, no açougue e no Zé ali embaixo.
- (Criança **C** – 09 anos de idade)

Alguns jovens, desde a tenra idade, percebem que o dinheiro é fundamental para vida, comumente filhos de pais desempregados ou que recebem salários insuficientes para o sustento da família acham que podem ajudar, abdicando inclusive de seu direito de frequentar a escola. Os mercados informais muitas vezes se aproveitam dessas situações e oferecem trabalhos precários, sem nenhuma proteção social. Encontramos este trecho em que o adolescente de quatorze anos estava pensando em trabalhar entregando panfletos:

- Você também já trabalhou alguma vez? Você chegou a trabalhar?
 - Não
 - Você nunca trabalhou?
 - A O... (assistente social) não deixou
 - Ela não deixou... mas você ia?
 - Ia.
 - Era do que? De panfleto?
 - É.
- (Adolescente **H** – 14 anos)

Criança ou o adolescente que trabalha antes do período previsto em lei e sem as condições adequadas de desenvolvimento, carregam dentro de si a impressão de serem adultos, assumindo desde cedo uma responsabilidade que não lhes cabe.

Em relação à vulnerabilidade no que tange ao trabalho infantil entendemos que é um campo polêmico, inclusive no meio internacional, não havendo consenso sobre a propriedade da inserção no mercado de trabalho quando se trata de uma população que, em princípio, deveria estar dedicada aos estudos.

Segundo a legislação brasileira é proibido qualquer trabalho a menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. Vimos à intenção de trabalhar nas narrativas da criança **C** e do adolescente **H**. Entendemos que o anseio por trabalhar não seja de fato uma vontade, mas sim um desejo de tentar melhorar a condição em que vivem. O adolescente **H** pensa já ter idade suficiente para aguentar um dia todo de trabalho entregando panfletos e acha que o fato de não ajudar financeiramente em casa o deixa como um fardo que a família tem que sustentar. Neste caso em particular, a assistente social responsável foi informada e passou a tomar as medidas cabíveis, mas sabemos que são inúmeras as crianças que trabalham em locais totalmente inapropriados, recebendo um uma quantia de dinheiro que não se pode chamar de salário e que estão invisíveis para sociedade, inclusive para as redes de proteção que deveriam estar presentes nesses casos.

Outra preocupação foi com relação a narrativa da criança **C**, que nos revelou uma vulnerabilidade quanto à falta de cuidados básicos como a alimentação, uma negligência do pai, e aprendeu a buscar na casa de amigos a solução. O abandono do pai ou a falta de cuidados também acaba sendo naturalizada pelo garoto, na medida em que ele acha normal ficar com fome e sozinho esperando seu pai chegar.

-É, quando meu pai chegava meia noite e eu ficava lá, esperando ele, ele comprou um fogão e eu ficava esperando ele fazer comida, aí quando ele chegava meia noite ele ia e fazia comida pra ele e ia dormir. Aí teve um dia que um amigo viu que eu estava pra rua, ele chegou e perguntou “ei, você já comeu?” aí eu “ainda não, estou esperando meu pai chegar” aí ele pegou “vai lá na minha casa comer um pouco” aí eu fui lá e comi.

-Então para você comer você tinha que ficar esperando seu pai chegar? Enquanto seu pai não chegasse você não tinha o que comer? Sinal afirmativo com a cabeça.

-Não tinha nada assim meio pronto?

Sinal negativo com a cabeça.

-E como foi ficar com fome?

-Normal, você ficar lá esperando ele chegar pra comer, aí ele não chega, aí enquanto ele não chegava eu ia lá pra quadra e quando eu

voltava ele ainda não tinha chegado, aí eu ia lá na casa do meu amigo e meu amigo dava um pouco de comida pra mim e eu comia.
(Criança **C** – 09 anos de idade)

A narrativa da adolescente **F**, de 12 anos, representa uma preocupação recorrente das crianças e adolescentes que participaram desta pesquisa. Sua vulnerabilidade está relacionada principalmente à questão da alimentação. Ela, com tão pouca idade, se preocupa com o leite que sua irmã mais nova precisa tomar.

-Ahhh... Tanto faz... Esses daqui **eu escolhi para que um dia minha mãe e meu pai ganhe bastante dinheiro**. Que a gente não tem muito dinheiro para comprar leite pra minha irmã, sabe? Porque ela mama o leite mais caro, aquele leite NAM.

-Então ela é bebê?

-É... E ela acostumou só com esse e está muito caro...Então eu quero que eles ganhem pra comprar as coisa dentro de casa, sabe.. Que a gente precisa comprar isso e não tem dinheiro para comprar, sabe.

(Adolescente **F** – 12 anos de idade – grifos nossos)

Ela escolhe a imagem “curinga” toda preta e novamente relaciona ao medo do abandono, de ficar sozinha.

-Esse daqui é porque as vezes eu tenho medo de ficar sozinha, principalmente no escuro e a noite...tenho medo que apareça um palhaço matador

-Por causa de filmes que você assistiu?

-Não...é porque eu fiquei sabendo e apareceu no Face da minha mãe que estava aparecendo um monte de palhaços aqui em Rio Claro, no Brasil, que estão matando as crianças...

-Então você ficou com medo?

-Eu tenho medo de palhaços...

(Adolescente **F** – 12 anos de idade)

Averiguamos que alguns dos sujeitos participantes também estavam sofrendo de abandono, mas não percebiam ou isso estava naturalizado. Em relação ao adolescente **H**, de 14 anos, sua primeira escolha foi à imagem nº 02, que traz a ilustração do que parece ser um grupo de amigos. E foi essa lembrança que veio à tona.

- Quero essa dos amigos.

- A dos amigos, por quê?

- Ah... não sei...Porque a maioria do dia eu passo com os meus amigos, brincando com eles e eu não fico em casa. Saio do projeto e já vou para a escola.

- E você acha que os amigos são a parte mais importante para você?

- Você acha que tem bons amigos?

- Sinal afirmativo

- Você sabe escolher seus amigos?

- Uhum.

- Como?

- Eu conheço eles. Tipo assim... Tem amigos e colegas. Colegas é aqueles... [...]
 - E você tem amigos e colegas então?
 - É.
 - E como é que você separa?
 - **Colega é aquele que eu não convivo muito, assim... Faz um pouquinho de coisas erradas.** Amigo não. Amigo vai em casa, fica lá comigo, eu vou na casa dele.
- (Adolescente **H** – 14 anos de idade)

Embora seja comum aos adolescentes preferirem a companhia de amigos aos familiares, pareceu-nos que por ficar muito tempo fora de casa os amigos se tornaram suas referências e assim ele distingue os amigos dos colegas. Quando questiono sobre o que esses colegas fazem de “coisas erradas” a resposta nos alerta para a exposição às drogas e bebidas, como fica demonstrado abaixo:

- O que eles fazem, me dê um exemplo?
 - Xinga a polícia, usam drogas...
 - E eles bebem também?
 - Uhun (aponta para o quadro nº 10)
 - Tem armas também? Você apontou.
 - Não sei...
 - Mas você nunca viu?
 - Não. Só da polícia.
 - Você já foi parado pela polícia?
 - Não. Eu ando certinho.
 - Você disse que não fica muito tempo na sua casa. Por que você não fica muito lá?
 - Assim... Eu não gosto de ficar preso.
- (Adolescente **H** – 14 anos de idade)

A criança **E**, de 11 anos de idade recorda de quando morava em São Paulo e ia a algumas festas com sua mãe. O que percebemos é que era uma festa permitida para crianças até às 23h e passado este horário elas ficavam em um lugar a parte enquanto a festa se restringia aos adultos.

- Porque lá... se eu fosse para um lugar eu... Todo mundo me conhecia, por causa da minha mãe.
- E você ia a festas com ela?
- Eu ia às vezes eu ia ao shopping. Ia eu, a mãe da Thais e a mãe da Samara. E às vezes a gente ia às festas. Sempre juntas. Ia à festa da Samara, ela ia à minha ou a gente ia à festa do parente dela ou dos amigos, dos vizinhos que chamavam a gente.
- Como era nessas festas?
- Ah, tinha bastante guaraná, depois das 23h até 01h é só para adulto. Até às 23h em ponto tem as crianças, das 19h até às 23h em ponto.
- Daí vocês ficavam aonde?
- A gente ficava tipo de uma... Tipo assim... só que era tipo um salão pequeno. Daí a gente fazia brincadeira de estátua, brincadeira da colher com ovo, pega-pega, esconde, menos cobra cega, porque a gente não brincava de cobra cega, certo.
- Aí, ia até a festa dos adultos acabar?

-É. Aí quando dá 23h em ponto a gente vai pras nossas casas, pra quem mora perto e a gente ficava no salão. Porque é assim é uma casa que tem um salão bem pequenininho, aí ela ficava na casa dela, a Thais.

(Criança **E** – 11 anos de idade)

Uma questão extremamente perigosa e complicada de abandono, que caberia ação judicial da mãe perder a guarda da filha.

Outra situação foi a da adolescente **F** que já foi abrigada pelo Programa Aldeias Infantis⁶ durante cerca de cinco anos, e naquele momento tinha seu caso em andamento, tendo informações mantidas sob sigilo, porém, segundo a assistente social teve sua vida marcada por violência sexual.

Durante o encontro, enquanto nos contava sobre o abrigo, ela revelou que um adulto sempre ficava olhando quando ela ia ao banheiro. Não sabemos se este foi o caso de violência sexual que ela sofreu, porém vemos um tipo de vulnerabilidade nesta ação, além de certa naturalização na perda da privacidade.

-Por quê? Por que seu pai é bravo?

-Ele é bravo, mas eu gosto dele. Minha mãe é brava e ao mesmo tempo é legal.

-E você sempre morou aqui ou já morou em outro lugar?

-No lar... Com outras crianças...

-E como foi morar lá?

-Ah eu gostei, só não gostei da parte que eu não via minha mãe.

-Você ficou bastante tempo?

- 6 anos, não 5 anos Eu tinha 1 ano e meio quando eu fui. E voltei com 6 anos

-E como foi para você saber que ia voltar para a casa da sua mãe?

-Ah foi divertido, eu fiquei alegre.

-E como você era tratada lá?

-Ah era bem, quase todo final de semana a gente saía pra passear...

Fazia natação... [no abrigo]

-E tinha bastante criança lá com você, vocês dividiam quarto?

-Fazia aula de música, tinha um quarto só para meninas e um banheiro só para meninas e um quarto só para meninos e um banheiro só para meninos.

-E sempre um adulto com vocês?

- Sempre um adulto ia e ficava no banheiro olhando. É... A gente só ficava lá e só saía pra ir pra escola e saía alguns finais de semana.

-Você acha que foi tão ruim? Só você da sua família que foi morar lá?

-Uhun...

(Adolescente **F** – 12 anos de idade – grifos nossos)

Outro fator que encontramos ao longo da investigação e que se relaciona com a violência e a falta de direitos assegurados, diz respeito à falta de condições de moradia, com quantidade excessiva de pessoas que moram na mesma casa. Foi comum não apenas aos participantes da pesquisa, como

⁶ Saiba mais sobre Aldeias Infantis através do site <http://www.aldeiasinfantis.org.br/>

também as outras crianças e adolescentes do SCFV, o relato de que moram junto com avós, tias/tios, primas/primos, cunhadas/cunhados, divididos em cômodos insuficientes para a quantidade de moradores. Muitas vezes esses cômodos exercem mais de uma função sendo a sala que se transforma em quarto durante a noite e cozinha que vira sala.

Encontramos os relatos das crianças **B** e **D** que elucidam isso:

- Mora quem lá na sua casa?
 - O Vinicius, minha prima, meus dois irmãos, minha vó e eu.
 - Bastante gente, né?
 - É.
 - E como é morar lá?
 - Legal.
 - Vocês se dão bem?
 - Só eu com o meu primo que não.
- (Criança **B** – 08 anos de idade)

- Com quem você mora?
 - Com a minha mãe, com a minha irmã, com o meu irmão e com as minhas sobrinhas e com o meu cunhado.
 - Então mora bastante gente na sua casa, né?
 - Mora. Pouquinho... Só três sobrinhas, um cunhado, minha mãe, meus dois irmãos, um que vem visitar também, aliás esse é muito tonto.
- (Criança **D** – 10 anos de idade)

Também notamos que em vários relatos a figura masculina é escassa. O que pode ser explicado pelo alto número de homens que se envolvem com o tráfico de drogas e com a criminalidade. Dessa forma, a assistência e a responsabilidade da criação das crianças e adolescentes recaem para as mulheres. De acordo com o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS)⁷, realizado em 2010 na cidade onde foi realizada a pesquisa, as mulheres responsáveis pelo domicílio que tinham até 30 anos de idade, equivalia a 13,8% de um total de 184.114 habitantes.

Ainda de acordo com o Índice, que dividiu a vulnerabilidade na cidade em cinco grupos, sendo o grupo um relacionado à baixa vulnerabilidade e o grupo cinco referente à alta vulnerabilidade, em 2010, 18.099 pessoas (9,8% do total) se encontram no grupo de alta vulnerabilidade. Desse número, as mulheres chefes de domicílios de até 30 anos equivale a 23,0%. A parcela de crianças com menos de seis anos de idade equivalia a 11,3% do total da população desse grupo.

⁷ <http://indices-ilp.al.sp.gov.br/view/index.php>

Analisando o conteúdo das narrativas transcritas chegamos à conclusão que as violências relatadas e as diversas situações de vulnerabilidade em que vivem, as marcam em forma de medo, insegurança e abandono familiar, as levando a amadurecerem muito cedo.

Em muitos territórios vulneráveis, assim como o local onde a pesquisa foi realizada, os serviços públicos são escassos, ineficientes e, por vezes, inexistentes. É comum a circulação de armas e drogas e os conflitos interpessoais, na maioria das vezes, são resolvidos de forma violenta. Também é frequente a gravidez na adolescência, consumo de drogas, precariedade estrutural das casas e baixa escolaridade dos responsáveis.

Estes vivem em condições precárias que resultam na violação de seus direitos básicos, por isso não conseguem identificar com clareza as situações de violências que sofrem, ao contrário, apenas as naturalizam e demonstram um sentimento de impotência.

Várias políticas públicas são pouco eficientes porque existe ausência de continuidade e de articulação com outras políticas sociais, isso imbrica em ações não estruturadas no sentido de garantir a amenização ou saída do mesmo de situações de risco e vulnerabilidade pessoal e social.

É possível encontrar um considerável número de projetos voltados para esse público alvo, desenvolvidos, majoritariamente, por organizações não governamentais, porém com pouca articulação em rede entre os serviços existentes ou nas ações que buscam efetivar. É importante pontuar que grande parte das intervenções centra-se no nível institucional, pouco avançando para a dimensão territorial, para a inserção comunitária, para a conjunção de serviços que são necessários para o encaminhamento das necessidades daquela população. Assim, criam-se instituições isoladas que pouco dialogam com a escola, com a comunidade, com a família, que não aponta para a discussão e para uma prática de intervenção que efetivamente promova os direitos decorrentes da condição de cidadãos de seus usuários.

Dessa forma, as ações existentes se tornam insuficientes ou ineficazes no sentido de atender a essa população como sujeito de direitos. Os projetos, em sua maioria, embora tenham vinculação com o poder público, são pontuais, dependem de financiamentos volantes e são ausentes os planejamentos em longo prazo.

4.2. Percepções das violências: medos, superações e naturalização

Conforme já dissemos, nas narrativas apenas os adolescentes – os mais velhos de idade – conseguiam perceber a situação de vulnerabilidade e violência em que estavam vivendo. Nesta categoria, selecionamos algumas das percepções dos participantes com relação às violências, evidenciando aquelas que estavam naturalizadas; seus medos; e, a forma como buscavam superar suas dificuldades nessas circunstâncias.

Começamos com uma percepção que nos ficou mais evidente, o medo. Por causa de estarem vulneráveis e das violências, de alguma forma, eram sujeitados a conviver com o medo, e isso afetava demais suas vidas. A criança **D**, de apenas 10 anos de idade, descreve o que sentiu no episódio de uma briga que presenciou:

- Como você sentiu na vez que a menina tentou matar seu irmão?
 - Se senti triste porque... porque a menina quase acertou meu irmão, mais aí eu gritei, e ela se assustou e deixou a faca cair embaixo da cama, daí é... meu irmão tirou ela do quarto e colocou ela na rua. E eu fiquei muito triste porque agora eu não tenho mais amiguinho e também porque meu irmão ficou triste.
 - Você ficou com medo?
 - Fiquei.
- (Criança **D** – 10 anos de idade)

Com tão pouca idade estes participantes estavam expostos a conviver com o medo. A mesma criança ainda escolheu os quadros “curingas”, e ao escolher o desenho todo preto (nº 17) lembrou-se de quando foi cortada a energia em sua casa, aparentemente o quadro negro a remeteu aos seus medos e inseguranças:

- Ecuridão (quadro nº 17). Acabou as força.
- Você tem medo do escuro?
- Tenho. Eu fico lá fora.**
- Alguma vez já cortou a força na sua casa?
- Já.
- Como foi?
- É por que nós estávamos lá e não estava pagando as contas, daí eles falou que ia cortar, daí minha mãe pagou, mas ela pagou a conta atrasada e não pagou aquela, mas ela tinha falado que ia pagar aquela daí foi lá e pagou, aí o moço falou que pagou a outra e minha mãe ficou brava, que pagou certinho, já assinou que ia pagar, mas daí o moço foi lá e cortou a luz. Dai ficou sem força, sem luz, aí desligou, apagou e estava de noite e a gente não conseguia dormir e apagou a vela e a

gente não conseguiu comer nem comida, porque só tinha um toquinho de vela e tinha que ir na padaria comprar a vela.
(Criança **D** – 10 anos de idade)

Ainda a criança **D**, escolheu o quadro branco (nº 16), que logo a remeteu à liberdade, que para ela se materializa quando soltava pipa. Ao dizer que prefere ficar na rua, ao invés de ficar em casa – porque lá ele leva “um monte de bronca” e brigam muito com ele –, detectamos uma violência verbal, com xingamentos e broncas. A percepção do medo só é substituída pela fuga de não estar conectado com a realidade, de não voltar para casa:

-É uma imagem em branco. Você pode imaginar o que quiser.
-**Quero soltar pipa.**
-Você gosta de ficar na rua?
-**Uhum. Nada de ficar em casa.**
-Por quê?
-**Porque em casa eu fico tomando um monte de bronca. É só chegar lá em casa que a gente briga.**
(Criança **D** – 10 anos de idade – grifos nossos)

A criança **E**, de 11 anos de idade, também se lembra de momentos de violências e vulnerabilidade e, no caso, tem medo de dormir sozinha e para contornar esta situação prefere dormir na casa da avó.

- Ah... A minha mãe agora ela está de folga e eu estou dormindo na minha vó porque eu não gosto de dormir sozinha na cama. Eu tenho medo. Aí minha mãe não deixa eu dormir com ela porque eu durmo muito aberta. Então eu fico na minha vó porque como ela fica com o meu irmão e ele vai trabalhar e só chega 01h, aí eu tenho que ficar com ela e ajudo ela em algumas coisas, porque eu prometi a ela que ia ajudar. Ela se mudou aí eu prometi que ia arrumar a roupa dela e lavar a louça. Às vezes eu nem lavo, às vezes eu fico deitada. Quando eu não estou deitada eu estou com meu primo Fabrício, quando eu não estou com o Fabrício eu estou com a minha vó.
-Você e sua vó moram perto?
-Não. Eu moro no Guanabara e ela no Brasília... é perto.
-Mas então sempre que sua mãe está de folga você tem que dormir na sua vó?
-Não. Eu durmo todo dia na minha vó porque eu quero. Só quando minha mãe vai trabalhar, eu deito e durmo. Uma vez eu fiquei assistindo filme até umas 02h da manhã.
(Criança **E** – 11 anos de idade)

O adolescente **G** também teve um período em que a avó foi sua cuidadora. Este adolescente que presenciou a mãe sofrer violência doméstica e se protegendo matou o pai em frente da casa, teve prisão decretada durante três meses, até conseguir provar que foi um crime de legítima defesa. Nesse período, a avó teve presença extremamente significativa na vida de **G** e seu irmão mais

novo. Ao ver o quadro nº 27, que retrata um cemitério, logo se lembrou da falta que essa avó faz:

- Como você lida com a morte de uma pessoa que você gosta?
 - Lido bem, mas por dentro fica aquela dor.
 - Você conversa com alguém sobre a falta que a sua vó faz?
 - Não.
 - Você tem mais alguma outra vó? Ou era só ela?
 - Só ela.
 - É a pessoa que você mais sente falta?
 - É.
 - E na sua casa vocês conversam sobre ela?
 - Não falam mais nada.
 - Você foi ao cemitério ver o tumulo dela?
 - Já.
 - Não ajuda?
 - Não.
 - Você poderia tentar conversar com alguém sobre isso. Você acha que não ajudaria?
 - Sinal negativo.
 - Por que não?
 - Porque eu queria que ela estivesse do meu lado.
 - Por que ela era tão especial para você?
 - Porque todo lugar que ela ia ela me levava, não desgrudava de mim.
 - Vocês se davam muito bem então. Quando ela morreu você já tinha irmãos?
 - Não. Só o Douglas.
- E o Douglas também sente falta dela?
- O Douglas ainda era bebezinho. Já eu era mais grandinho já.
- (Adolescente **G** – 13 anos de idade)

Averiguamos nas narrativas que a presença das avós nas vidas das crianças e adolescentes é muito forte porque sua imagem representa a segurança, a superação dos medos. Nas crianças **B**, **E**, **F** e **G** elas também foram citadas.

Podemos compreender que isso se deve ao fato do aumento da população de idosos e a expectativa de vida do brasileiro (IBGE, 2010). Mas, para as autoras Coelho e Dias (2016), as transformações nos arranjos familiares e o maior tempo de convivência entre as diferentes gerações compõe um cenário onde os **avós assumem papéis de importância crescente nos relacionamentos familiares.**

Esses avós fornecem apoio à família em diversas situações, tais como: separação/divórcio; gravidez na adolescência; pais com dificuldades para cuidar dos filhos, seja por estarem trabalhando fora, por estarem desempregados, incapacitados ou então despreparados por algum motivo.

Outra percepção muito forte, que encontramos em grande parte das narrativas foi a relação muito intensa com o dinheiro. Esta visão de possuir

riquezas materiais torna-se fundamental para superar seus problemas econômicos. Evidentemente que por viverem em condições precárias, a falta de recursos financeiros acaba por gerar essa preocupação precoce. Para adquirir quantia significativa de dinheiro ou se trabalha muito, ou participa do tráfico de drogas. Trazemos alguns trechos que elucidam a relação com o dinheiro:

- Escolhi esse daqui (imagem nº 22) porque quando eu crescer eu... Vou querer ter... Que número que é esse daqui?
- Essa daqui é 50 reais.
- Então eu vou querer ter grana de 50 reais.
- Pra fazer o que?
- Para pagar o aluguel, pagar a conta de água, pagar tudo, a conta que tem que pagar e comprar comida e as roupas do meu filho e os brinquedos deles.
- (Criança **A** – 07 anos)

- Você acha que dinheiro resolve tudo?
- Uhum.
- Como você acha que faz para ganhar esse dinheiro?
- É só trabalhar muito, trabalhar muito e... Cadê aquela grana que eu peguei?
- Aqui.
- Aí quando a gente ganhar tudo isso de grana a gente sai do trabalho.
- (Criança **A** – 07 anos)

Os primeiros trechos mostram que embora o menino tenha apenas sete anos de idade e não saiba muito bem quanto realmente vale uma nota de cinquenta reais, ele já tem a preocupação de pagar as contas de casa, provavelmente por observar ou presenciar os pais conversando sobre isso. Em seguida, ao ser questionado sobre como se faz para ganhar dinheiro, ele responde “é só trabalhar muito”, mas que logo depois que se ganha o dinheiro pode sair do trabalho. É difícil dizer por este menino, mas entendemos que de alguma forma ele pensa que o dinheiro é consequência do trabalho, que resolve os principais problemas (que são as contas de casa) e, assim, supera essa situação de vulnerabilidade financeira.

Outro ponto de destaque com relação à superar dificuldades cotidianas que aparece em suas percepções é a religiosidade, no trecho destacado a seguir, observamos a importância que a criança **C** dá ao ir à igreja:

- Quando ele chega assim e depois vai dormir, aí eu chego e falo “pai, posso dormir na casa do meu amigo?” e ele “pode”. Ele até nem confiava em mim, eu falava “**pai, posso ir na igreja com o meu amigo**” aí ele falava “eu vou ver se você está indo na igreja mesmo”, **chegava lá e quando eu saía ele até via eu saindo da igreja**. Ele via eu saindo e depois ia beber mais.
- (Criança **C** – 09 anos)

As igrejas são comuns a quase todos os territórios e muito importante naqueles que a maioria da população se encontra em situação de vulnerabilidade. Fazendo uma caminhada rápida por bairros carentes, observamos a presença de três locais que se sobressaem nesses territórios, são eles: as igrejas, os bares e os pontos de venda de drogas.

- E esse daqui é pra lembrar que eu fui na igreja, que eu sempre vou.
- Antes eu ia com a minha vó, mas agora ela tá muito ruim e não vai mais.
- E você continua indo?
- Não vou mais... Eu ia só com ela...
- Você já tentou chamar alguém para ir com você? Sua mãe por exemplo.
- Não... Às vezes eu vou com as minhas amigas pra igreja.
(Adolescente **F** – 12 anos)
- Esse daqui. Esse daqui já fez 3 anos que é da minha igreja que eu vou, tudo. Aí tinha uma tia que eu ia quando era criança, ah... eu era bem pequenininho, não sei nem se faz 3 anos que eu tô indo. Aí eu passei para ficar no culto só. Aí é sobre igreja.
- E qual a importância que a igreja tem na sua vida?
- Eu... Melhorar e ter fé em Deus.
(Adolescente **I** – 15 anos)

O que podemos observar, em específico na questão das igrejas é que, por vezes, esse espaço traz aos sujeitos vulneráveis a esperança de dias melhores, acreditam que conseguem superar seus problemas por meio da fé e, também, essas instituições religiosas acabam auxiliando os necessitados com cesta básica, por exemplo, coisa que o poder público não fornece.

Tem algumas percepções que foram afirmadas como algo naturalizado, mas que, na verdade, revelam certas dificuldades de relacionamentos com os outros, por conta das suas condições de vidas. É o caso da criança **E**, que depois de mudar da capital para o interior enfrenta dificuldades em fazer amizades.

- Por que você acha que é tão difícil ter amigos?
- Por que como a gente muda de casa e a gente foi para um bairro diferente. As pessoas, primeiro vão estranhar para depois vir falar com a gente, mas ainda falo com o Caio, mesmo ele sendo meu amigo.
(Criança **E** – 11 anos de idade)

Outra narrativa do adolescente **H** nos chamou a atenção por fazer referência em ir ao shopping. Ele parece ficar incomodado com isso. A imagem nº 03, que retrata uma festa, uma balada, chamou sua atenção, mas quando perguntei sobre, as respostas foram quase todas monossilábicas.

- É uma balada, uma festa. Você já foi pra balada?
- Não.
- Você tem vontade de ir?

- Não.
 - Você não tem? Não gosta?
 - Não gosto nem de ir ao shopping.
 - Por que você não gosta? Por que tem um monte de gente?
 - Não gosto do... do jeito que é lá. As pessoas só vai... não pra ir no shopping comprar as coisas, sabe? Vão pra ficar na rua.
- (Adolescente **H** – 14 anos de idade)

Essa percepção e o significado que o adolescente **H** dá as festas ou o fato de não gostar de sair, ou ir ao shopping, deve existir devido a algum acontecimento anterior.

Por fim, apresentamos uma narrativa da criança **E**, que logo escolheu o quadro nº 1, da polícia. Vemos que o desejo dela era ser policial ou advogada ou veterinária, todas as profissões tinham relação direta com o cuidar, que tanto faz falta a ela. De alguma forma esse desejo por cuidar pode servir como refúgio por não ser cuidada ou defendida.

- Este (quadro nº 1) eu peguei porque quando eu crescer eu quero ser policial ou advogada.
 - Por quê?
 - Ah... desde pequenininha eu tenho o sonho de ser advogada ou policial e se eu não for nenhum desses, eu quero ser veterinária, que cuida dos animais.
 - Você gosta de cuidar das pessoas então?
 - Sim.
 - Se você for advogada, o que você gostaria de defender?
 - Defender uma pessoa.
 - Uma pessoa que sofreu algo errado ou que fez algo errado?
 - Uma pessoa que sofreu alguma coisa errada.
 - E policial por quê? Por que você gostaria de ser policial?
 - Porque se uma pessoa rouba, a maioria das pessoas matam os policiais no lugar da polícia manter ele. Aí então fica mais solto.
- (Criança **E** – 11 anos de idade)

Segundo literatura internacional e nacional, como: Inglaterra (DEPARTMENT OF HEALTH, 2002); Argentina (BRINGIOTTI, 2000); Estados Unidos (SLACK et al., 2004; THEODORE et al., 2007; Canadá (TROCMÉ et al., 2003; LACHARITÉ; ÉTHIER; NOLIN, 2006, MAYER et al., 2007); e no Brasil (BAZON, 2004; LACRI, 2004; PIRES, 2005; ROQUE & FERRIANI, 2007; BAZON, 2008; PIRES & MIYAZAKI, 2005), a modalidade de maus-tratos aparece como sendo a que responde pela maior porcentagem de notificações.

Após o ECA no Brasil (BRASIL, 1990), definiu-se negligência quando os pais ou cuidadores são responsáveis em

- (...) omitir em prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente. Configura-se no comportamento dos pais ou responsáveis quando falham em alimentar, vestir adequadamente

seus filhos, medicá-los, educá-los e evitar acidentes (BRASIL, 1993, p. 14).

Para Backes (1999), negligência pode ser conceituada como atos de omissão de cuidados e de proteção à criança, isto significa ter ausência dos pais em: educar, impor limites, levar a criança à escola, alimentá-la adequadamente, medicá-la, protegê-la e mantê-la com a mínima higiene.

Segundo Reppold et al. (2002), existem as dimensões afetivas e sociais do desenvolvimento que são afetadas pela negligência, colocando que:

O padrão negligente é aquele cujos pais são fracos tanto em controlar o comportamento dos filhos quanto em atender as suas necessidades e demonstrar afeto. São pais pouco envolvidos com a criação dos filhos, não se mostrando interessados em suas atividades e sentimentos. Pais negligentes centram-se em seus próprios interesses, tornando-se indisponíveis enquanto agentes socializadores (REPPOLD et al., 2002, p. 38).

Ressalta-se que a negligência infantil acontece independentemente da condição sócio econômica, isto é, da situação de pobreza, mas é resultado de déficits de habilidades/comportamentos dos familiares (MARTINS, 2006).

Uma definição importantes é a de Lacharité et al. (2005):

Uma carência significativa ou mesmo uma ausência de respostas às necessidades de uma criança, reconhecidas como fundamentais sobre a base de conhecimentos científicos atuais, ou, na ausência destes, de consenso, pautado em valores sociais adotados pela coletividade da qual faz parte (LACHARITÉ et al., 2005, p. 20).

Em síntese, poder-se-ia considerar que as negligências dos familiares acabam induzindo crianças e adolescentes a riscos de vulnerabilidades e violências, pois não atendem adequadamente às suas necessidades. Ainda pior, não demandam e nem exigem para os seus filhos garantia de direitos básicos, já adquiridos por lei.

Ao refletirmos sobre as áreas vulneráveis e a exposição à violência, na quais essas crianças e adolescentes são submetidas, percebemos um descaso, uma enorme ausência do estado e de ações efetivas que priorizem investigação de crimes domésticos; falta de atenção às vítimas de violência; e, pouco ou nenhum acompanhamento de crianças e adolescentes fora da escola.

Ao apresentar, na primeira seção, as políticas públicas que deveriam garantir os direitos daqueles que estão em situação de vulnerabilidade social, pretendíamos ressaltar que a legislação existe, contudo, depois da experiência de trabalho no SCFV e após os nove encontros com as crianças e adolescentes,

ficou claro que embora estejam inseridas em um Programa de proteção social, regida pela Política Nacional de Assistência Social, ou seja, uma instituição que deveria garantir os direitos das crianças e adolescentes, isso não ocorre, pois elas continuam passando por casos de riscos e vulnerabilidades, negligências e violências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa apresentada em quatro seções apontou os caminhos e os resultados da dissertação de mestrado desenvolvida nos anos de 2016, 2017 e 2018, mas, principalmente colocou alguns questionamentos que poderão ser aprofundados por outras investigações.

Na primeira seção, a introdução, fizemos um pequeno percurso de como chegamos à esta pesquisa, também apresentamos as questões que serviram como base para gerar nossos objetivos gerais, bem como o número do aceite do comitê de ética e outras informações que julgamos importantes.

Este estudo contou com dois objetivos gerais: analisar a possibilidade de naturalização das violências por meio das percepções e trajetórias de vida dos participantes da pesquisa; e, contextualizar se os direitos de crianças e adolescentes vulneráveis às violências têm sido assegurados.

Na segunda seção, buscamos apresentar algumas políticas públicas que perpassam a temática de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social e conceitualizamos as diferentes formas de violências que as crianças e adolescentes estão sujeitas.

Percebemos que a proteção à infância, que vem ganhando destaque nas agendas das políticas públicas, pode ser sistematizada em dois momentos, a saber, antes e depois do surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. O principal critério de delimitação entre esses dois períodos está alicerçado na concepção de infância e adolescência e nas diretrizes implícitas em decorrência dela nos arcabouços jurídicos dos respectivos períodos.

Para analisarmos as perspectivas sobre violência das crianças e dos adolescentes participantes desta pesquisa, achamos necessário o esclarecimento dos conceitos de risco e vulnerabilidade social, visto que como diversas áreas de conhecimento fazem uso desses conceitos, existem várias maneiras de defini-los.

Entendemos que a vulnerabilidade é constituída por fatores biológicos, políticos, culturais, sociais, econômicos e pela dificuldade de acesso a direitos, que atuam de maneira isolada ou em cooperação sobre as possibilidades de enfrentamento de situações adversas.

Vimos que as relações em contexto de vulnerabilidade social produzem crianças, adolescentes e famílias passivas e dependentes, com autoestima consideravelmente comprometida. De forma circular e quase inevitável, este ciclo se estabelece reforçando a condição de miséria, não só no nível material, como também no nível afetivo.

Quanto aos tipos de violências que as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social podem enfrentar, podem se expressar por meio do crime organizado, tráfico de drogas, violência urbana, violência intrafamiliar e violência relacionada a identidade cultural, racial, financeira e das condições de vida de uma forma geral.

Também apontamos, a partir de Abramovay, Cunha e Calaf (2009), que as violências podem se apresentar através de gestos e atos físicos, atos verbais, atos de comunicação não verbal, situações conflituosas e sociais ou relacionais, e por fim, através de tensões.

Dadas as enormes desigualdades sociais enfrentadas no nosso país, somos, enquanto pesquisadoras, conscientes da limitação e da pontualidade de nossas intervenções. Contudo, acreditamos que pesquisas como essa permitem oferecer importantes elementos e indicadores que podem levar à promoção e a apropriação de direitos de crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Na terceira seção relatamos os procedimentos metodológicos da pesquisa, com os instrumentos de coletas de dados que nos auxiliaram a responder as questões da investigação. Caracterizamos o SCFV de acordo com a Tipificação que rege o serviço, que deve viabilizar trocas culturais e de vivência entre pessoas, fortalecendo os vínculos familiares e sociais, incentivando a participação social, o convívio familiar e comunitário e trabalhando o desenvolvimento do sentimento de pertença e identidade. Contudo, também apresentamos algumas limitações e dificuldades enfrentadas pelo SCFV onde essa pesquisa foi realizada.

Para entendermos melhor esses momentos significativos na vida dos sujeitos escolhidos, optamos por utilizar as narrativas. O uso de narrativas de crianças e adolescentes como fonte de investigação parte do pressuposto do reconhecimento de que são sujeitos de direitos e seres ativos, capazes de narrar suas próprias histórias e também de refletir sobre elas, trazendo informações

importantes sobre as experiências que tiveram em relação às violências. Além disso, utilizamos análise documental ao verificarmos as trajetórias das vidas que constavam em prontuários preenchidos pela assistente social do SCFV.

Na seção quatro, trouxemos duas categorias de análise de acordo com os objetivos propostos. Dessa forma, iniciamos com: *Vulnerabilidades e situações de violências: ausência de direitos assegurados* – em que nos deparamos com narrativas que descrevem situações de violências envolvendo drogas, brigas entre familiares e jogos violentos; diversas discriminações que essas crianças e adolescentes sofrem; etc..

Também nesta etapa, a partir das narrativas das crianças e adolescentes, de como as violências foram sofridas e vivenciadas, relacionamos a ausência de direitos assegurados pela Constituição e demais leis e normas.

Reiteramos que em muitos territórios vulneráveis, assim como o local onde a pesquisa foi realizada, os serviços públicos são escassos, ineficientes e, por vezes, inexistentes. Como mostrado em algumas narrativas, é comum a circulação de armas e drogas e os conflitos interpessoais, na maioria das vezes, são resolvidos de forma violenta. Também é frequente a gravidez na adolescência, consumo de drogas, precariedade estrutural das casas e baixa escolaridade dos responsáveis.

A outra categoria, *Percepções das violências: medos, superações e naturalização* – vimos que possibilidades de superação das vulnerabilidades podem ser dar de diversas formas, mas ao analisar as narrativas algumas nos chamaram a atenção. Em grande parte observamos que as percepções estão ligadas a questão de obter dinheiro, por meio do trabalho ou drogas, ou pela religiosidade, por meio da fé. A convivência com situações de riscos e vulnerabilidades desenvolvem problemas que os sujeitos participantes percebem como: dificuldade de fazer amizade; escolha de profissão devido a sensação de abandono; etc.

Como visto ao longo deste trabalho, infelizmente, afirmar que cotidianamente muitas crianças e jovens pobres no Brasil se deparam com situações em que seus direitos fundamentais da cidadania, ainda que garantidos pela Constituição e outras leis, são violados virou um consenso. Destaca-se entre eles o direito à educação, à convivência familiar, à saúde, ao lazer, à

cultura e ao esporte, o que contribui para colocá-los em uma situação de vulnerabilidade e risco social.

Observando os dados obtidos e considerando as situações de vulnerabilidade e risco vivenciadas no meio familiar e social, envolvendo as crianças e adolescentes, podemos dizer que muitas têm seus direitos violados devido à precariedade econômica e social da realidade na qual estão inseridos. Neste sentido, muitas crianças se tornam responsáveis pelos cuidados da casa, dos irmãos mais novos e acabam não tendo tempo de brincar, estudar e se desenvolver. Em muitas situações a precária convivência leva à violação de direitos básicos.

Diante da complexidade da questão, é indispensável o investimento não somente em políticas sociais como vem sendo discutido ao longo deste trabalho, mas também em pesquisas e intervenções, para que se possa construir um arsenal de técnicas e instrumentos capazes de fornecer subsídios para uma atuação contextualizada e compromissada com os direitos humanos, a promoção da cidadania e do protagonismo, no combate à desigualdade social.

Dessa forma, é relevante acrescentar a importância de intervenções que coloquem em foco o território e a comunidade pertencente a ele, para que se possa pensar em estratégias em que as instituições consigam dialogar e possam ser capazes de promover e assegurar os direitos, a cidadania e a dignidade da população.

Por fim, se faz necessário o fortalecimento de ações que se dediquem à promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes em situação de vulnerabilidade social e risco. Daí decorre a importância do investimento em pesquisas e intervenções que reconheçam e lidem com essas complexas questões, de maneira a produzir subsídios e tecnologias sociais para a implementação de políticas públicas eficazes que dediquem à diminuição das desigualdades, da discriminação e da violência a que está sujeita a maioria das crianças e adolescentes de grupos populares urbanos no Brasil, produzindo, nesse âmbito, direitos e ampliação da cidadania.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M; CASTRO, G. M.; PINHEIRO, L. C.; LIMA, F. S.; MARTINELLI, C.C. Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas. Brasília: **UNESCO**, BID, 2002.

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. **Caleidoscópio das violências nas escolas**. Brasília: Missão Criança, 2006.

ABRAMOVAY, M; CUNHA, A. L.; CALAF, P. P. Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas. Brasília: **Rede de Informação Tecnológica Latino-americana - RITLA**, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF. 2009.

ALVES, L.; CARVALHO, A. M. Videogame: é do bem ou do mal? Como orientar pais. **Psicologia em Estudo**, Maringá , v. 16, n. 2, p. 251-258, Junho 2011 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722011000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 Set. 2017

ARENDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

AYRES, J. R. C. M.; et al. O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. **Promoção da saúde: conceitos, reflexões e tendências**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 117-139.

BACKES, D. L. **Indicadores de maus-tratos em crianças e adolescentes para o uso na prática de enfermagem**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Enfermagem, 1999.

BARKER, G.; RIZZINI, I. Repensando o desenvolvimento infantil e juvenil no contexto de pobreza urbana no Brasil. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, PUC-RJ, Departamento de Serviço Social, n. 7, p. 21, 2002.

BAZON, M. R. **Relatório de pesquisa** apresentado ao CONDECA (Deliberação CONDECA/SP N. 02/05 - Artigo 7). Estudo da prevalência de maus-tratos em crianças de 0 a 10 anos, frequentando estabelecimentos educacionais públicos e privados, e identificação de fatores de risco pessoais e sociais e de indicadores comportamentais e emocionais, 2006.

BAZON, M. R. . Violências contra crianças e adolescentes: Análise de quatro anos de notificações feitas no Conselho Tutelar na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, 24(2): 323-332. 2008.

BELLONI, Maria Luiza. Infância, máquinas e violência. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 575-598, Agosto. 2004 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302004000200012&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 13 Dez. 2017

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

_____. Ministério da Justiça. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília: CBIA, Unicef, 1990.

_____. **LOAS**: Lei Orgânica da Assistência Social. Brasília, 1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. **Política nacional de assistência social**. Brasília, 2004.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Sócio Assistenciais. Resolução CNAS nº 109 de 11 de setembro de 2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 06 a 15 anos**. Brasília, DF. 2010.

BREINES, Ingeborg; CONNELL, Robert; EIDE, Ingrid. **Male roles: masculinities and violence, a culture of peace perspective**. Paris: UNESCO, 2000.

BRINGIOTTI, M. I. **La escuela ante los niños maltratados**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2000.

BRUNER, J. **Atos de significação**. 2. ed. Trad. Sandra Costa. São Paulo: Artmed, 2002.

CARNEIRO, C. B. L.; VEIGA, L. **O conceito de inclusão, dimensões e indicadores**. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Coordenação da Política Social, jun. 2004. (Pensar BH – Política Social, 2.)

CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. Porto Alegre: **Sociologias**, 2002.

CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F. M. **Narrative inquiry: experience and story in qualitative research**. San Francisco: Jossey-Bass, 2000.

CLAUSSEN AH, CRITTENDEN PM. **Physical and psychological maltreatment relations among types of maltreatment**. Child Abuse Negl 1991.

COELHO, M. T. B F.; DIAS, C. M. S. B. Avós Guardiões: Uma Revisão Sistemática de Literatura do Período de 2004 a 2014. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 32, n. 4, e324214, 2016. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722016000400214&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 Set. 2017.

COLOMBO, I. Adolescência infratora paranaense: história, perfil e prática discursiva. Brasília: UNB, 2006. p. 315. **Tese de doutorado**. Programa de Pós-Graduação em História Social, UNB, 2006.

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Orientações técnicas**: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília; 2009.

CUNHA, M. I. CONTA-ME AGORA!: as narrativas como alternativas pedagógicas na pesquisa e no ensino. **Rev. Fac. Educ.**, São Paulo, v.23, n.1-2, Jan./Dec. 1997.

DAGNINO, E.; OLIVERA, A. J.; PANFICHI, A. (Org.). **A Disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

DEBARBIEUX, E. **Violência na escola**: um desafio mundial? Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

DENZI, N. K; LINCOLN, Y. S.; e Colaboradores. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DEPARTMENT OF HEALTH. Referrals, assessments, and children and young people on child protection registers, England, 2002. Obtido em 21 de agosto de 2016 de <http://www.dh.gov.uk>

DRAIBE, S. Repensando a política social: dos anos 80 ao início dos 90. In: PAULANI, L. M.; SOLA, L. (Org.). **Lições da década de 80**. São Paulo: Edusp, 1995. p. 201-224.

FALEIROS, V. P. Infância e processo político no Brasil. In: PILOTTI, F.; RIZZINI, I. (Org.). **A Arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño, 1995. p. 49-98.

GARBARINO J, GUTTAMANN E, SEELEY JW. **The psychologically battery child**. San Francisco: Jossey-Bass Publishers; 1986.

GARRIDO J. A. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, set192-ago/93

GOHN, M. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31, aug. 2004. ISSN 1984-0470. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/7113/8586>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

JELLEN LK, MCCARROLL JE, THAYER LE. **Child emotional maltreatment: a 2-year study of US Army cases.** Child Abuse Negl 2001.

LACHARITÉ, C. & ÉTHIER L. S. Child neglect: A serious problem in North America. **Canada's Children, Hiver**, 18-20, 2002.

LACHARITÉ, C., FAFARD, G., BOURASSA, L., BIZIER, M., DURACHER, F., COSSETE, F. & LESSARD, D. **Programme d'aide personnelle, familiale et communautaire: Nouvelle génération.** Trois-Rivières (Québec): GRIN/UQTR, 2005.

LACHARITÉ, C., ÉTHIER L. & NOLIN, P. **Vers une théorie écosystémique de la négligence envers les enfants, Bulletin de Psychologie**, 59(4), 381-394, 2006.

Laboratório de Estudos da Criança, LACRI. **A Ponta do iceberg: Dados de incidência e prevalência**, 2004. Obtido em 18 de junho de 2017 de <http://www.usp.br/ip/laboratórios/lacri>

MARTINS, F. F. S. **Crianças negligenciadas: A face (in)visível da violência familiar.** Dissertação de Mestrado defendida no programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

MAYER, M, LAVERGNE, C., TOURIGNY, M. & WRIGHT J. Characteristics differentiating neglected children from other reported children. **Journal of Family Violence**, 22(8), 721-732, 2007.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento.** 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

NOLASCO, S. **De Tarzan a Homer Simpson: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais.** Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2001.

NUNES, E. S. N., A possibilidade das medidas sócio educativas serem compreendidas a partir do novo direito da criança e do adolescente, **monografia** (Curso de Ciências Jurídicas e Sociais), Faculdade de Direito, UPF, 2002, artigo integrante. Trabalho de Conclusão de Curso – Graduação.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial sobre a Prevenção da Violência 2014.** Núcleo de Estudos da Violência (Trad.) São Paulo: 2015

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Prevenindo a violência juvenil: um panorama das evidências.** Núcleo de Estudos da Violência (Trad.) São Paulo: 2016.

PAIVA, V. L. M. O. A pesquisa narrativa: uma introdução. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 261-266, 2008. Disponível

em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-63982008000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 Set. 2017.

PASSONE, E. F. Políticas sociais de atendimento à infância e juventude: o caso da Fundação Abrinq. 2007. Dissertação (**Mestrado em Educação**) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PIRES, A. L. D. & MIYAZAKI, M. C. O. Maus-tratos contra crianças e adolescentes: Revisão da literatura para profissionais da saúde. **Ciência e Saúde**, 12(1), 42-49, 2005.

REPPOLD, C. T, PACHECO, J., BARDAGI, M. & HUTZ, C. S. Prevenção de problemas de comportamento e o desenvolvimento de competências psicossociais em crianças e adolescentes: uma análise das práticas educativas e dos estilos parentais. In: HULTZ, C. S. et al. **Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência**: aspectos teóricos e estratégias de intervenção (pp. 7-51). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

RIESSMAN, C. Narrative analysis. California: Sage, 1993.

RIZZINI, I.; BARKER, G.; CASSANIGA, N. **Criança não é risco, é oportunidade**: fortalecendo as bases de apoio familiares e comunitárias para crianças e adolescentes. Rio de Janeiro: EDUSU, 2000.

RIZZINI, I. Reflexões sobre pesquisa histórica com base em ideias e práticas sobre a assistência à infância no Brasil na passagem do século XIX para o XX. In: **Anais I congresso Internacional de Pedagogia Social**, 1, 2006.

RIZZINI, I.; NAIFF, L. A. M.; BAPTISTA R. (Coord.). **Acolhendo crianças e adolescentes**: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. São Paulo: Cortez; Brasília: Unicef; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2006.

ROQUE, E. M. S. T. & FERRIANI, M. G. C. Estudo das famílias de crianças e adolescentes, vítimas de violência, que sofreram intervenção da justiça. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, 15(4), 334-344, 2007.

SIERRA V, MESQUITA W. **Vulnerabilidades e fatores de risco na vida de crianças e adolescentes**. São Paulo em Perspec., 2006.

SELAU, M. S. História Oral: Uma metodologia para o trabalho com fontes orais. **Esboços - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC**, Florianópolis, v. 11, n. 11, p. pp. 217-228, jan. 2004. ISSN 2175-7976. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/486/9887>>.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SOUZA M. G. S.; CABRAL C. L. O. A narrativa como opção metodológica de pesquisa e formação de professores. **Horizontes**, [S.l.], v.33, n.2, p. 149-158

dez. 2015. ISSN 2317-109X. Disponível em <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/149/102>

SLACK, K. S., HOLL, J., MCDANIEL, M., YOO, J. & BOLGER, K. Understanding the risks of child neglect: An exploration of poverty and parenting characteristics. **Child Maltreatment**, 9(4), 395-408, 2004.

THEODORE, A., RUNYAN, D. & CHANG, J. J. Measuring the risk of physical neglect in a population-based sample. **Child Maltreatment**, 12(1), 96-105, 2007.

TROCMÉ, N. M., TOURIGNY, M., MACLAURIN, B. & FALLON, B. Major findings from the Canadian incidence study of reported child abuse and neglect. **Child Abuse & Neglect**, 27, 1427-1439, 2003.

UNICAMP. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas. **O Sistema de proteção social no Brasil**. Campinas, 1991.

YUNES, M. A. M.; SZYMANSKI, H. Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In: TAVARES, J. (Org.). **Resiliência e educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ANEXO 1 – OS QUADROS

Conjunto das pranchas do Método QUADROS

quadro 1 ■



quadro 2 ■



quadro 3 ■



quadro 4 ■



quadro 5 ■



quadro 6 ■



quadro 7 ■



quadro 8 ■



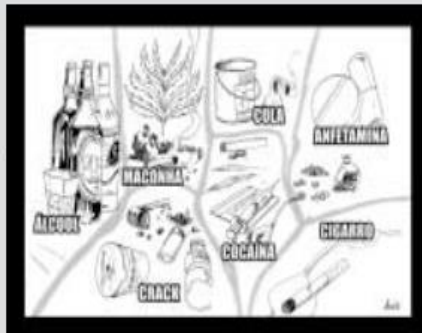
quadro 9 ■



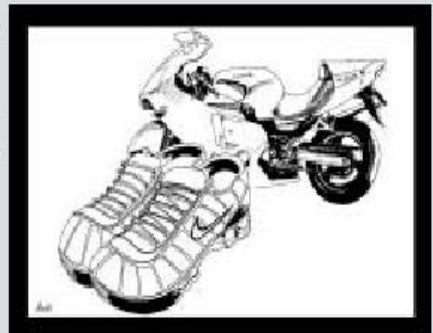
quadro 10 ■



quadro 11 ■



quadro 12 ■



Conjunto das pranchas do Método QUADROS

quadro 13 ■



quadro 14 ■



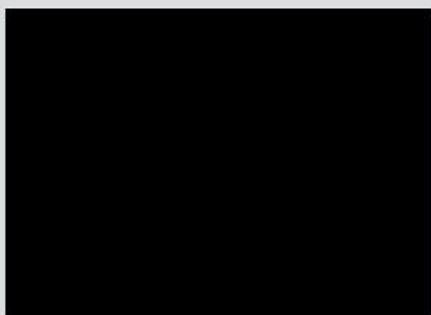
quadro 15 ■



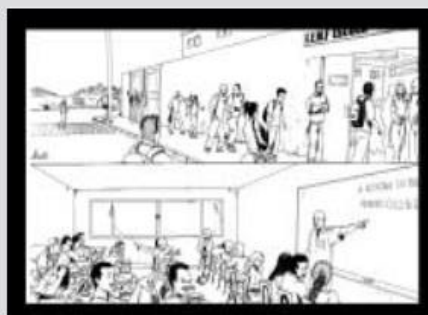
quadro 16 ■



quadro 17 ■



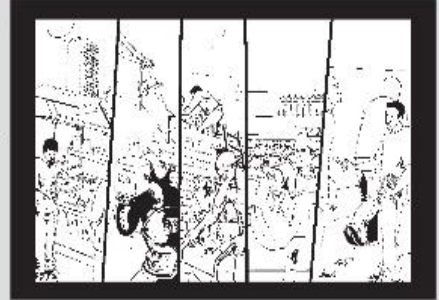
quadro 18 ■



quadro 19 ■



quadro 20 ■



quadro 21 ■



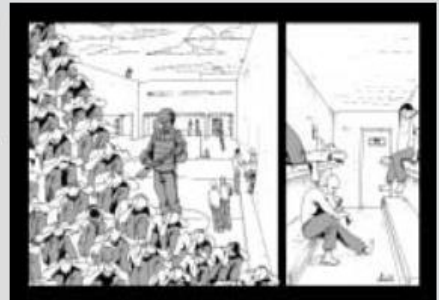
quadro 22 ■



quadro 23 ■



quadro 24 ■



Conjunto das pranchas do Método QUADROS

quadro 25 ■



quadro 26 ■



quadro 27 ■



ANEXO 2 – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Conforme a escolha dos participantes, fizemos perguntas preestabelecidas e/ou outras surgiram conforme o diálogo estabelecido com os sujeitos.

Algumas figuras eram importantes para a pesquisa e precisávamos estabelecer um roteiro para não nos perdemos na condução do diálogo, isto é, toda a vez que os sujeitos nos contavam suas narrativas, buscávamos “conduzi-las” para atender os propósitos desta investigação.

Eram apresentadas todas as figuras e em seguida perguntávamos:

- Quando você olha para todas essas figuras (Quadros), qual delas te chama a atenção? Quais te trás a memória algo que aconteceu em sua vida? Você sabe me dizer por quê?

1) Polícia:

- Por que esta figura te chamou a atenção? Você pode me relatar suas histórias com a política?

2) Amizade:

- Você pode me relatar como são as suas amizades? Conte-me suas histórias com relação às amizades que possui.

3) Festa

- Você já participou de alguma festa ou balada? Por que esta figura te chamou a atenção? Conte suas histórias.

4) Relacionamento com o pai

- Por que esta figura te chamou a atenção? Conte-me suas histórias com seu pai ou aquele que cuida de você.

5) Relacionamento com a mãe

- Por que esta figura te chamou a atenção? Conte-me suas histórias com sua mãe ou aquela que cuida de você.

6) Sexo ou sexualidade

- Por que esta figura te chamou a atenção? Você pode me contar as suas histórias relacionadas ao ato sexual? Você já fez sexo? Quais são os seus relatos sobre a questão da sexualidade?

7) Solidão e medo

- Por que esta figura te chamou a atenção? Conte-me suas histórias com relação aos seus medos. Você se sente só? Como seria esse sentimento pra você?

8) Arma

- Por que esta figura te chamou a atenção? Conte-me suas histórias com as armas. Você já usou armas? Gostaria de ter uma? Por quê?

9) Família

- Por que esta figura te chamou a atenção? Conte-me a história da sua família. Que significado tem a família para você?

10) Liberdade

- Por que esta figura te chamou a atenção? Conte-me suas histórias com relação as suas sensações de liberdade. O significa ter liberdade?

11) Escola

- Por que esta figura te chamou a atenção? Conte-me as suas histórias na escola que você estuda, ou na que já estudou.

12) Violência física

- Por que esta figura te chamou a atenção? Conte-me se a violência física tem feito parte dos seus relacionamentos. Quais são as suas histórias?

13) Prisão (cadeia)

- Por que esta figura te chamou a atenção? Conte-me suas histórias com a cadeia. Você tem parente preso? Já foi fazer visita em prisão?

14) Dinheiro

- Por que esta figura te chamou a atenção? Conte-me porque o dinheiro é importante para você? Que relação ele tem com a sua vida? Como seria uma vida com muito dinheiro?

15) Convivência com outras pessoas

- Por que esta figura te chamou a atenção? Conte-me suas histórias de como tem sido a sua convivência com outras pessoas. Você gosta de ter amigos? De conhecer bastante gente?

ANEXO 3 – DECLARAÇÕES DE CONSENTIMENTO

Termo de assentimento do menor

Você está sendo convidado para participar da pesquisa NATURALIZAÇÃO E/OU BANALIZAÇÃO DA(S) VIOLÊNCIA(S): HISTÓRIAS DE CRIANÇAS E JOVENS QUE ESTÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL. Seus pais já viram um termo parecido com este e deixaram você participar. Minha professora orientadora e eu queremos compreender como ocorre o processo de naturalização e/ou banalização das violências entre as crianças e os jovens que estão em situação de risco e vulnerabilidade social em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), ou seja, gostaríamos de saber o que você pensa e sente diante de alguma situação de violência que possa ter acontecido com você e investigar essas percepções nas crianças e jovens que frequentam o SCFV.

As crianças e jovens que irão participar dessa pesquisa têm de seis a quinze anos de idade. Você não precisa participar da pesquisa se não quiser, é um direito seu e não terá nenhum problema se desistir. Também existe um comitê de ética em pesquisa que está trabalhando para a que pesquisa não te cause nada de ruim. Caso você ou seus pais queiram entrar em contato com o comitê de ética o endereço é WASHINGTON LUIZ, KM 235, bairro JARDIM GUANABARA, CEP 13.565-905, na cidade de São Carlos (SP). O telefone do comitê é (16) 3351-9683 e o e-mail é cephumanos@ufscar.br.

A pesquisa será feita no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, onde as crianças e os jovens escolhidos irão observar e escolher algumas imagens e falar a respeito delas. Para isso, será usado um conjunto de imagens chamado QUADROS, que são imagens que trazem alguns retratos de situações que podem acontecer no dia-a-dia. O uso dos QUADROS é considerado seguro, mas é possível ocorrer eventual desconforto ou constrangimento diante de alguma imagem ou pergunta, se isso acontecer você não precisa responder ou falar sobre o assunto. Caso aconteça algo errado, você pode nos procurar pelos telefones (19) 9 9844 2434 ou (19) 3523 5475 da pesquisadora Paola Karuliny Guarnieri ou pelo telefone (16) 3306-6805 que é o contato da minha professora orientadora.

Mas há coisas boas que podem acontecer pois ao final da pesquisa, você terá nos ajudado a contribuir para a melhoria da qualidade da educação além do que sua participação poderá ajudar no maior conhecimento sobre a trajetória de vida de crianças e jovens que estão em situação de risco e vulnerabilidade social.

Ninguém saberá que você está participando da pesquisa, não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa vão ser publicados, mas sem identificar as crianças e os jovens que participaram da pesquisa. Quando terminarmos a pesquisa os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem dizer seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade. Se você tiver alguma dúvida, você pode me perguntar. Eu escrevi os telefones na parte de cima desse texto.

Eu _____ aceito participar da pesquisa NATURALIZAÇÃO E/OU BANALIZAÇÃO DA(S) VIOLÊNCIA(S): HISTÓRIAS DE CRIANÇAS E JOVENS QUE ESTÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, que tem os objetivos de compreender como ocorre o processo de naturalização e/ou banalização das violências entre os jovens que estão em situação de risco e vulnerabilidade social em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e investigar quais as percepções que crianças e jovens inseridos no SCFV têm sobre as violências e como elas afetam as vidas.

Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir que ninguém vai ficar furioso. Os pesquisadores tiraram minhas dúvidas e conversaram com os meus responsáveis. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e li e concordo em participar da pesquisa.

Rio Claro, ____ de _____ de _____.

Assinatura da criança ou do jovem

Assinatura do pesquisador

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**Seu(sua) filho(a) está sendo convidado para participar da pesquisa: NATURALIZAÇÃO E/OU BANALIZAÇÃO DA(S) VIOLÊNCIA(S): HISTÓRIAS DE CRIANÇAS E JOVENS QUE ESTÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL**

1. Seu filho(a) foi selecionado(a) para participar de uma pesquisa que pretende compreender como ocorre o processo de naturalização e/ou banalização das violências entre os jovens que estão em situação de risco e vulnerabilidade social em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
2. A participação do(a) seu(sua) filho(a) nesta pesquisa consistirá em participar das aplicações do instrumento metodológico chamado QUADROS, que são imagens que trazem alguns retratos de algumas situações do cotidiano.
3. Os riscos em participar desta pesquisa são mínimos, podendo haver eventual desconforto ou constrangimento diante de alguma imagem ou pergunta. Para diminuir essa possibilidade de risco de desconforto ou constrangimento, as imagens e perguntas estão adequadas a idade dos participantes e orientamos que o (a) mesmo (a) responda apenas as questões que se sinta confortável, podendo, inclusive, deixar de responder a uma pergunta ou desistir de sua participação, sem qualquer prejuízo ou consequência.
4. A divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários. O material com as suas informações ficará guardado em local seguro sob a responsabilidade da pesquisadora, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade e que será destruído após a pesquisa. Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.
5. Seu(sua) filho(a) será beneficiado ao participar desta pesquisa, pois ao final dela, você terá contribuído de forma indireta para a melhoria da qualidade da educação além do que sua participação poderá ajudar no maior conhecimento sobre a trajetória de vida de crianças e jovens que estão em situação de risco e vulnerabilidade social.
6. O professor-orientador fará o acompanhamento em todas as fases da pesquisa.
7. Importante salientar que seu(sua) filho(a) tem total liberdade em recusar a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e com a garantia de que agindo desta forma, não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.
8. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação, mesmo porque a identificação dos participantes não terá relevância para a pesquisa.
9. Não haverá despesa de nenhuma natureza aos participantes da pesquisa.
10. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Dados da pesquisadora

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da participação do(a) meu(minha) filho(a) na pesquisa e concordo em participar.

A pesquisadora me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@power.ufscar.br

Rio Claro, _____ de _____ 201__.

Nome completo e legível do(a)
responsável legal

Assinatura do(a) responsável legal